Série Diálogos - Volume 2

REGIONAL

contemporâneo

ORGANIZAÇÃO
Giovanni Blanco Sarquis

IPHAN

REGIONAL

contemporâneo

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Instituto do
Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional
Leandro Antonio Grass Peixoto

Diretoria do Iphan
Adriana Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Leal Muniz
Daniel Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Superintendente do Iphan no Pará
Cristina Vasconcelos Nunes

Departamento de Articulação,
Fomento e Educação
Cejane Leal Muniz

Divisão de Editoração e
Publicações do Patrimônio
Luciana Jobim Navarro

Serviço de Produção Editorial
rnld Nogueira

Série Diálogos - Volume 2

REGIONAL

contemporâneo

ORGANIZAÇÃO
Giovanni Blanco Sarquis

Belém | Iphan | 2026

Série Diálogos
Regional contemporâneo

Organização
Giovanni Blanco Sarquis

Idealização
Giovanni Blanco Sarquis

Projeto Gráfico
Produtora XP
Giovanni Blanco Sarquis

Diagramação
Tahak Cadete Meneguzzo

Revisão textual
Tikinet Edições LTDA

Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional
www.gov.br/iphan
publicacoes@iphan.gov.br
iphan-pa@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

R336

Regional contemporâneo / organização : Giovanni Blanco Sarquis. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Belém : Iphan, 2026.
225 p. – (Diálogos ; v. 2)

Modo de acesso: https://www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-393-9 – série
ISBN: 978-85-7334-631-2 – v. 2

1. Arquitetura. 2. Regionalismo. 3. Patrimônio cultural. I. Sarquis, Giovanni Blanco.

CDD 720

Elaborado por Carolina Nascimento de Medeiros – CRB-1/3321

SUMÁRIO

Prefácio 9

Apresentação 15

A região em foco: da etimologia
ao regionalismo crítico 21

Sobre o preconceito contra a
arquitetura regional em Belém 45

Memórias do curso de especialização
em Arquitetura nos Trópicos 57

Diálogos atemporais construindo
arquiteturas contemporâneas 83

Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de
reapropriação das margens fluviais 153

Desafios para proteção do Patrimônio Cultural
ribeirinho na Amazônia: o caso de Afuá (PA) 179

“A arquitetura do presente contém
evidências de características herdadas.”
Alan Colquhoun

PREFÁCIO

A Veneza Marajoara e o waterfront

> A Amazônia já não é mais a região misteriosa de antigamente, um exótico celeiro de lendas. Não é a Manoa do Lago Dourado, nem o país das Amazonas. Também já não se trata apenas do paraíso, com a bem-aventurança da luz na poderosa quietude da floresta. Nem do inferno, rubro do fogo das febres, de serpentes e peçonhas. A Magia já se aconchega na mão da ciência. A ciência se enche de olhos para descobrir o sortilégio da esmeralda escondida (Mello,1987).[1]

Os escritos que compõem este livro trazem paisagens amazônicas antitéticas. A olhada é paraense: Belém, metrópole a acarear comunidades disseminadas sobre uma enorme região em que as águas e florestas conduzem os ritmos da vida e da gente.

As palavras dos autores fazem imaginar tantos percursos e navegações nas águas e suas bordas, intercâmbios de múltiplas espacialidades a um tempo só. Palavras e expressões que chamam a atenção por carregarem

1 MELLO, Thiago. Amazonas, pátria da água. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 66.

sentimentos e conotações de miradas e convivências distintas (e interessantes), pela confrontação de evocações: a simpática toponímia Veneza Marajoara remete a certo eurocentrismo tradicionalista, que é abalroada pela reestruturação do waterfront belenense. Serão lugares diferentes, ou as duas faces conflitantes da mesma moeda? O privilégio da ribeirinidade — expressão e sentido adotados em vários lugares deste livro — reivindica uma atitude diante das paisagens que se apresentam nas discussões que afloram nas páginas adiante.

Os ensaios examinam e buscam identificar regionalidades, ou qualidades que criam subjetividades coletivas no tempo e no espaço. São esforços para reinventar maneiras de enxergar o patrimônio ambiental urbano paraense e suas especificidades, assim como outras narrativas. Não é uma investigação tranquila: a cultura ribeirinha rege impávida a vida das criaturas que vivem, sobrevivem e cultuam uma mitológica (e talvez ameaçada) interação com os rios, cujo aparente fluir tranquilo dissimula e exige reconhecer as relações entre as águas, as florestas e os humanos. Evoco novamente Thiago de Mello:

> O rio fala com o homem. O rio diz o que o homem deve fazer. Sucede que a floresta não pode dizer. A floresta não anda. A selva fica onde está. Fica à mercê do homem. Por isso é que há quatro séculos o homem vem fazendo da floresta o que bem quer, sempre que pode. Com ela e com tudo o que vive nela, o que vive dela, dentro dela. A floresta entrega o que tem, nem sempre submissa. São séculos de doação do que a floresta amazônica tem de bom para a vida do homem da região e das mais afastadas partes da terra. Sobretudo para os homens da Europa e da outra América, que são ao longo da escura história da exploração dos recursos naturais da Amazônia, os que melhor fruíram e mais se enriqueceram com as dádivas — dádivas arrancadas — da nossa floresta.[2]

Reconhecer essas interfaces também é desconstruir uma memória de representações e sobreposição de tradições, identidades, agentes, sujeitos e processos muitas vezes imperceptíveis e decerto incontroláveis. São comunidades em transformação, interações entre a floresta, o rio e urbanidades nem sempre em convívios

2 Idem, p. 27.

amenos, nas quais modos de vida se imbricam com a natureza em inevitável transformação.

Meu primeiro contato presencial com a Amazônia aconteceu em 1988, para visitar Thiago de Mello e suas casas projetadas por Lucio Costa em Barreirinha. Quem me embarcou em Manaus, para navegar por longas horas lendo o poeta e apreciando as margens do Rio Curuçá, foi Severiano Porto. Anos depois, Oswaldo Bratke me contou e mostrou como projetar na Amazônia. Rodei ida e volta os 200 quilômetros que separam Macapá e a cidade projetada pelo arquiteto paulista em uma kombi, mergulhado na conversa com o motorista, então futuro prefeito de Vila Serra do Navio. Em 2001, viajei com um filho de Xapuri até a Costa Rica para falarmos em um seminário. Frente à dificuldade de compreender português, traduzi para o público as palavras de Milton Monte. Naquele convívio conheci mais um pouco da Amazônia.

Para um sudestino como eu, apenas meio conhecedor da região, os textos promovem indagações que valem para todos, incluindo os amazônicos. Nem todas foram respondidas, obviamente, porque os autores são parte de um desafio que se inicia, contribuindo para produzir um conhecimento sistemático sobre a Amazônia. É uma tarefa que se incrementará à medida que estudos

pós-graduados — como os que aqui comparecem — sejam desenvolvidos com mais ênfase e regularidade, ao se consolidarem instituições que promovam olhares atentos sobre a arquitetura da Amazônia.

Uma prática de olhar para si mesmos.

Hugo Segawa
Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP)
Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP)
Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP)
Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo (FAU/USP)
Docente visitante de inúmeras faculdades
internacionais de Arquitetura e Urbanismo
Autor de prestigiados livros de arquitetura
brasileira e latino-americana

APRESENTAÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) retoma a série "Diálogos" com a publicação do segundo volume, que aborda o regional na contemporaneidade enquanto elemento articulador de identidades na arquitetura, na cidade, no patrimônio cultural e no ensino. A série consolida o propósito de sua gênese: a produção de conhecimento acerca de temas culturais de interesse público, a saber: arquitetura, antropologia, arqueologia, patrimônio, história e cultura. Destaca-se que o primeiro volume desta série, intitulado "Arquitetos: memórias e vivências", compreendeu uma coletânea de depoimentos e entrevistas relacionados à trajetória de importantes profissionais do segmento arquitetônico vinculados ao ensino, à cultura e à história de Belém. Nessa oportunidade, foi imprescindível a espontânea contribuição de mestres, professores e personalidades da arquitetura local, abordando temas como ensino, patrimônio, preservação, regionalismo, arqueologia, cidade, história e memória.

O segundo volume permite reconhecermos um contexto topológico entremeado por territórios e rios ora aquecidos por um sol infernal, ora molhados por chuvas torrenciais, nos quais a ideia de regional que emerge, num primeiro momento, pode evocar tradição,

história, passado, fazendo-se soar como uma cultura inerte, voltada para si. Ledo engano. As contribuições que iremos compartilhar nesse momento com o ávido leitor nas páginas seguintes revelam facetas múltiplas da regionalidade, desnudando-as, reinterpretando-as. Demonstrações de que regionalismos são oportunidades de afirmação, reconhecimento e receptividade, as quais contribuem para sua ressignificação, fortalecimento e atualização. Dessa forma, o material que apresentamos trata-se de uma centelha de conhecimento que os profissionais colaboradores desta publicação permitiram gentilmente e que, oportunamente, oferecemos ao público leigo e interessado, e, também, acadêmico e técnico.

Entre as abordagens variadas que constituem essa pequena coletânea de textos, abrimos sendas para áreas determinantes da construção do conhecimento e do fazer, seja no espaço do ensino, seja na própria cidade. A seleção dos convidados esteve relacionada a experiências vividas e analisadas por cada um em seu campo de pesquisa, que, embora pareçam áreas distintas, podem também se revelar complementares, na medida em que as informações narradas, construídas e compartilhadas em cada texto, por vezes, conectam-se

às demais narrativas e análises. Os textos, inclusive, não têm o propósito vocativo e definitivo acerca dos temas que 'abraçam', mas reflexivo, questionador, elucidativo ou, simplesmente, precipitador de outros relatos acerca dos assuntos discutidos.

Sendo assim, vejamos o que temos: uma preciosa narrativa pela etimologia do termo regional escrita por Rubens Ferreira; debruçar-se sobre o preconceito contra a arquitetura regional em Belém é a tarefa assumida por José Raiol; bem próximo dessa pauta, mas na condição de aluno rememorando os rumos da especialização "Arquitetura nos Trópicos", José Bassalo assume; Giovanni Blanco Sarquis fortalece a necessária atualização da ideia de regional e o diálogo como condição para pensar o projeto, valorizando o lugar e assimilando conhecimentos contemporâ-neos; Juliano Ximenes contrapõe formas de construção da cidade que retomam as margens do rio enquanto maneira de pensar Belém; e, por fim, Fernando Mesquita enveredou pelas nuances do regional na leitura do patrimônio edificado da cidade de Afuá.

Nesse sentido, os textos nos permitem observar como o regional se coloca enquanto pauta identitária, ressaltando as particularidades do lugar, seu clima, a

forma de habitar, a maneira de construir, a relação com o tempo e a natureza, e a transformação do sítio conforme as condições sociais, econômicas e culturais. Tudo isso sem qualquer pretensão de (re)afirmar o regional como única referência cultural para quem 'vive' a Amazônia, mas reconhecendo os escritos como "janelas abertas para o rio" (num sentido poético) ou como novas possibilidades (num sentido literal) para pensar, reviver, atualizar e mesmo avançar na tarefa de conhecer a si e o seu lugar, sem qualquer pretensão de rotulá-lo.

Afinal, regionalismos existem, persistem, seja como resistência cultural, seja como autoconhecimento; noutras vezes, abordados de maneira inerte no tempo e avessos ao diálogo com o que ocorre para além de sua 'órbita'. Estes últimos, por sinal, podem ser considerados como superados ou em via de serem redefinidos à luz de um tempo novo, o momento presente: a contemporaneidade. Essa transformação, ou mesmo mudança de atitude, tem a ver com a percepção da realidade numa permanente revisão da cultura construtiva amazônica. E a chance ao diálogo é o que define o regional na contemporaneidade.

Giovanni Blanco Sarquis
Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UNAMA)
Técnico em Edificações (IFET)
Especialista em Paisagismo Tropical (UNAMA)
Especialista em Conservação e Restauração do
Patrimônio Cultural Edificado (FUNDAJ)
Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/MACKENZIE)
Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAU/MACKENZIE)
Técnico em Arquitetura e pesquisador do Iphan desde 2006

A REGIÃO EM FOCO: DA ETIMOLOGIA AO REGIONALISMO CRÍTICO

> Há um sentido forte na ideia de região que é preciso sublinhar. Região é uma produção cultural, uma criação histórica, e neste sentido, é o espaço do irredutível, da liberdade e da criatividade (Cunha, Simões & Paula, 2008, p. 494).

Introdução

O movimento de pensar a região neste capítulo tem um porto de partida e um destino. Partimos de uma discussão inicial sobre o conceito de região. A ideia consiste em traçar um itinerário sobre uma planície epistemológica projetada no terreno da Geografia, da Economia e da Literatura, a fim de melhor entendermos a dimensão semântica de um instrumento metodológico fundamental na produção do conhecimento científico (Breitbach, 1988). Já o ponto de chegada corresponde a uma discussão do regional na Arquitetura. Nesse sentido, pretendemos contribuir com um olhar de fora para o debate ainda em aberto e proposto neste livro, que tem como foco de análise o regionalismo crítico.

Conforme propõe a folclorista Mary Hufford (2002), o exercício de romper o monólogo em um determinado campo em direção à abertura ao diálogo

interdisciplinar pode ser promissor às discussões sobre o regionalismo crítico. Isso porque o contato com diferentes olhares acadêmicos e não acadêmicos tem potencial para fornecer outras bases aos arquitetos na busca por soluções para a harmonização entre os elementos humanos, culturais, históricos, naturais e as edificações que se pretende revestir de identidade no espaço urbano.

De uma perspectiva didática, a opção por construir um diálogo interdisciplinar para pensar o conceito de região pode ser útil no propósito de compreendermos, ainda que nos limites da formação do nosso olhar autoral, o conteúdo envolvido quando adjetivamos algo como regional. Ademais, na ausência de uma teoria, a simples presença do termo região em diferentes domínios disciplinares revela que estamos diante de um conceito transversal por natureza, motivo pelo qual adquire certa singularidade por onde passa e, ao mesmo tempo, preserva certas características.

Vejamos.

O porto de partida: da etimologia aos diferentes usos disciplinares

O Dicionário Escolar Latino-Português (Faria, 1962, p. 853) nos informa que *região* é palavra substantiva feminina, em que *regĭō* (ou *regĭōnes*) tem o sentido de "direção em linha reta" ou "linhas retas determinadas no céu pelos áugures para lhe determinarem as zonas". Tem-se, então, um primeiro sentido: referência espacial; indicação de direção. E não se trata apenas de uma referência terrestre, mas também que alude aos céus por meio dos quais os antigos sacerdotes romanos recebiam revelações pela observação do voo, do canto e das vísceras dos pássaros. Posteriormente, a região adquiriu um caráter mais genérico, fazendo referência ao país, aos limites, às fronteiras, ao lugar, ao local ou ao bairro. Seja como for, a relação da palavra com o espaço tem sido uma constante em sua trajetória semântica e assim ela se mantém na atualidade.

Pela associação à ideia de espaço, o conceito de região encontrou acolhimento e uso privilegiado na Geografia. Milton Santos (2003) registra que essa vinculação aconteceu no fim do século XIX, e se deu por influência dos estudos geológicos. Em seu brilhantismo intelectual,

o geógrafo brasileiro também deixou contribuições teóricas sobre o conceito de região.[1] De acordo com Milton Santos (2008, p. 165), tal como o lugar, a região nada mais é do que uma abstração que satisfaz uma funcionalidade para os diferentes grupos humanos, isto é, a forma como as pessoas percebem, apropriam e utilizam o mundo.

Historicamente, a região possuía um caráter orgânico, estável, solidário, exclusivo e afetivo para os grupos humanos. Significa dizer que ela era um componente importante no processo de construção das identidades. Mas tudo isso foi alterado pela expansão global do capitalismo. Para Milton Santos (2008), a região não deixou de existir, apenas foi modificada, tornando-se mais instável, dinâmica e complexa.

Quando nos deslocamos para a Economia, a região está relacionada à conformação dos espaços geopolíticos das atividades produtivas agrícolas e industriais, não correspondendo necessariamente aos limites

1 De acordo com Milton Santos (2008, p. 166), nos dias de hoje a "[...] distinção entre lugar e região passa a ser menos relevante do que antes, quando se trabalhava com uma concepção hierárquica e geométrica em que o lugar deveria ocupar uma extensão do espaço geográfico menor que a região. Na realidade, a região pode ser considerada um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique. E os lugares — veja-se o exemplo das cidades grandes — também podem ser considerados regiões".

geográficos do espaço. Como um ramo da Economia, a chamada Economia Regional ocupa-se do estudo do desenvolvimento e das desigualdades regionais, de modo que o planejamento e as políticas públicas adquirem importância central nestes processos, seja para induzir o crescimento econômico, seja na tentativa de corrigir as disparidades regionais comuns aos países de economia dependente. Ao olhar a realidade brasileira, Celso Furtado (2003) foi o pioneiro no estudo do desenvolvimento regional, com destaque para a obra "Formação Econômica do Brasil", publicada em 1959, e que apresenta as origens das desigualdades regionais no Brasil entre os séculos XVI e XX.

No contexto da Economia Regional, a região não é tomada isoladamente, mas estudada em uma perspectiva relacional com outras regiões da nação. Adquire, então, a forma de uma espécie de subespaço no espaço nacional, com o qual se conecta, todavia, sem perder sua particularidade histórica, social e cultural. Importantes, nesse sentido, são os programas/projetos de integração orientados para a construção de uma unidade nacional.

Sobre a questão regional no Brasil, Francisco Oliveira (1993) analisa que ela serviu de fachada à obtenção de financiamento do Banco Mundial (BM) e

do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mascarada pelo rótulo da "unidade nacional". No campo intelectual, destaca Francisco Oliveira que o interesse pelo estudo do regional é sempre de autores nordestinos, mas acrescentamos também os do Norte, embora com uma produção mais recente.[2] Esse dado denuncia a indiferença — ou seria o preconceito? — daqueles que residem nas demais regiões do país quanto aos temas regionais que não lhes afetam[3].

Segundo Livio Wanderley (1995), a região pode ser do tipo formal (ou uniforme) ou do tipo funcional. A primeira é de natureza espontânea e faz referência aos territórios contíguos que compartilham certas características comuns (condições de vida da população, atividade econômica predominante, clima, solo e outros), como a região urbana de Chinatown, em São Francisco, estado da Califórnia. A segunda, por sua vez, é fomentada pelos governos, correspondendo às áreas circunvizinhas de

2 Com o propósito de reduzir as desigualdades regionais, a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek levou à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudam) em 1966. Já na ditadura militar, o presidente Humberto Castello Branco instituiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1966.

3 Para uma leitura sobre a carga semântica negativa imputada ao regional em um campo disciplinar específico, recomendo a leitura do capítulo "Sobre o preconceito contra a arquitetura regional em Belém", assinado por José de Andrade Raiol para esta coletânea.

interação, pelas quais se definem certas funcionalidades (circulação de pessoas, mercadorias, informações, influência política, e outras) e o intercâmbio entre as cidades, tal como ocorre com as regiões metropolitanas.

Na Literatura, a região aparece no contexto do regionalismo literário ou literatura regional. O tema já estava presente na tradição do romantismo brasileiro no início do século XVIII. Humberto Araújo (2008), por exemplo, encontra em "Formação da literatura brasileira", de Antonio Candido, o embrião do regionalismo literário, precisamente nos escritos do pernambucano Joaquim da Silva Rabelo, o Frei Caneca, e, posteriormente, na produção do cearense Flanklin Távora. Esse último se opunha ao que identificava como um abuso do estrangeirismo nos livros escritos no Sul do Brasil. Em "O cabeleira", publicado em 1876, Franklin Távora obteve seu maior reconhecimento pelo uso dos costumes e da cultura próprios da vida no sertão nordestino.

No Brasil, o regionalismo literário está situado na dialética universal/particular, melhor dizendo, no embate que colocava de um lado as forças que primavam pela continuidade da vinculação política e econômica do território à Coroa Portuguesa e, do outro, os que aspiravam pela independência e almejavam a

construção de uma identidade nacional. Foi assim que o Romantismo representou uma abertura para os temas locais, pitorescos e sociais.

Inglês de Sousa — notório escritor paraense, ocupante da cadeira n. 28 da Academia Brasileira de Letras (ABL) — fez do regionalismo uma marca da sua produção centrada na vida amazônica. No conto "A feiticeira", as condições do tempo, a fauna e a flora na cidade de Óbidos (PA) anunciavam o perigo do encontro insensato do tenente Antônio de Sousa com a enigmática Maria Mucoim:

> [...] um vento muito forte soprava do lado de cima, e o rio corria com velocidade, arrastando velhos troncos de cedro e periantãs enormes onde as jaçanãs soltavam pios de aflição. As aningas esguias curvavam-se sobre as ribanceiras. Os galhos secos estalavam e uma multidão de folhas despegava-se das árvores para voar ao sabor do vento. Os carneiros aproximavam-se do abrigo, o gado mugia no curral, bandos de periquitos e de papagaios cruzavam-se nos ares em grande algazarra. De vez em quando, dentre as trêmulas aningas saía a voz solene

> do unicórnio. Procurando aninhar-se, as fétidas ciganas aumentavam com o grasnar corvino a grande agitação do rio, do campo e da floresta (Sousa, 2018, p. 28).

Em linhas gerais, na produção literária nota-se que o conceito de região está intimamente associado ao conceito de identidade, ou seja, à forte relação que autores e/ou personagens mantêm com a terra e com a cultura de origem (Arendt, 2015; Cocco, 2009; Murari, 2010; Polesso, 2010). A paisagem, o cotidiano, os costumes, o modo de ser, tudo é devidamente textualizado como em uma espécie de experimento de imersão cultural oferecido ao leitor, seja ele *de dentro* ou *de fora*. Assim, admitindo a linguagem como um marcador basilar da identidade, escritores que enveredam pelo regionalismo literário não hesitam em imprimir a oralidade no texto para dar vida e cor aos seus personagens, tal como faz Guimarães Rosa em "Grande sertão: veredas", publicada em 1956.

Apesar dos traços que escritores e estudiosos atribuem à literatura regional, Márcio Souza (2014, p. 26) recusa o arrebatamento da produção literária na Amazônia ao que considera ser mero "rótulo geográfico e

ideológico".[4] Para ele, o regionalismo nada mais foi do que uma "invenção nordestina" gestada em contraposição à literatura produzida em São Paulo e no Rio de Janeiro. Isto leva Márcio Souza a advogar por uma literatura portuguesa, cuja superação do "gueto" só será possível pela dedicação do escritor à produção de textos feitos para serem lidos por um público amplo, logo, publicável em editoras profissionais que viabilizam o reconhecimento das obras em escala nacional e internacional.

Embora compartilhemos em parte com o debate proposto por Márcio Souza para pensar o regional, precisamente no sentido de que se trata de um debate fomentado inicialmente pela intelectualidade nordestina, e de que existe certo preconceito projetado no sentido Sul/Norte, o fato é que as identidades culturais ganharam força em resposta ao projeto homogeneizante da Globalização (HALL, 2011), inserindo o local e o regional nas discussões por políticas públicas, notadamente nos países em desenvolvimento. Além disso, não se pode negar a existência de uma produção literária de traços regionais que se mantém como via de expressão

4 O próprio sufixo "ismo" já imprime sentido ideológico à palavra regionalismo, colocando o regional como algo subalterno, marginal e de menor relevância em relação a algo que ocupa posição central.

artística e, ao mesmo tempo, como objeto de investigação acadêmica.

Acreditamos que a superação do problema em torno da desqualificação da região passa pela ressignificação crítica do conceito e de suas derivações, a fim de promover uma verdadeira limpeza ideológica daquilo que o inscreve em uma zona de inferioridade em relação a outras espacialidades historicamente privilegiadas como centrais. Por certo, o caminho ainda é longo e o desafio intelectual é bastante árduo. Entretanto, no que diz respeito à Arquitetura, um importante passo foi dado com o movimento do regionalismo crítico, tal como veremos a seguir.

O ponto de chegada: o regionalismo crítico

O breve percurso que traçamos pelas "paragens" da Geografia, da Economia e da Literatura faz perceber certos aspectos comuns ao conceito de região: a ideia de permanência (certa vinculação ao passado); o caráter dinâmico (a suscetibilidade à mudança); o componente humano (por isto social, cultural, político e econômico); e a referência ao lugar (a ordem dos elementos em relação à posição de outros elementos no espaço).

Em crítica ao uso das palavras em sua fixidez etimológica, semântica e ideológica, Terezinha Rios (2010)[5] adverte que não podemos silenciá-las em favor do monopólio discursivo imposto pelo tecnicismo de uma área. Contudo, ao utilizá-las devemos dar atenção ao que *querem dizer*, bem como às formas com as quais são usadas para *dizer pela metade* ou mesmo para *não dizer*. Logo, há de compreendermos que palavras como *região*, *regional* e *regionalismo* são manejadas de modos diferentes, de acordo com o lugar de quem fala, pois "o termo é único, mas os conceitos são plurais; ou, se mantemos a ideia de um único conceito, temos de reconhecer que se trata de um conceito de múltiplas significações" (Rios, 2010, p. 152).

Na Arquitetura, a região aparece no centro do regionalismo, conjunto de ideias que contemplou uma nova abordagem construtiva a partir de 1980. Conforme explica Carmen Popescu (2020), o regionalismo crítico tem sua gênese no Pós-Segunda Guerra Mundial, em meio às discussões em torno da crise da arquitetura moderna e em meio à ausência de expressividade e de

5 A crítica de Terezinha Rios é construída sobre o uso da palavra "competência" que, em função do emprego tecnicista pela ideologia neoliberal, acabou se tornando preterida no campo da Educação.

humanismo. A crônica publicada pelo arquiteto Lewis Mumford na revista *The New Yorker* sobre as construções na região da baía de São Francisco[6] inspirou a realização do simpósio promovido pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA) para discutir os problemas relacionados à arquitetura moderna.

Em 1951, na Alemanha, o V Colóquio de Darmstadt forneceu novos elementos teóricos ao regionalismo crítico. A palestra proferida por Martin Heidegger proporcionou aos arquitetos presentes uma nova compreensão do conceito de lugar (Popescu, 2020). O filósofo alemão dizia que o espaço em si não tem valor se não for pensado como lugar, portanto, como uma espacialidade fisicamente diversa e dotada de sentido pelas pessoas que o habitam, ou seja, como o continente de uma tradição fundamental a sua continuidade histórica. Tais noções tornaram-se fundamentais para o regionalismo crítico e foram retomadas na produção intelectual de arquitetos como o britânico Kenneth Frampton.[7]

6 Lewis Mumford se referia ao Bay Region como "um estilo livre, porém discreto, expressão do terreno, do clima e do modo de vida do Litoral", vislumbrando a possibilidade de um modernismo humanizado (1947 citado por POPESCU, 2020, p. 212).

7 Importa registrar que não foi Kenneth Frampton quem cunhou o termo regionalismo crítico. De fato, ele o retoma e o desenvolve a partir de 1982, com base no artigo escrito por

No popular artigo publicado na revista *Perspecta*, em 1983, Kenneth Frampton (1983a) destaca a centralidade do lugar, revestindo-o de uma síntese forjada tanto pelos elementos próprios da região quanto pela ressignificação dos elementos assimilados da cultura de fora. Nesse sentido, a teorização de Frampton não propõe uma ruptura entre a região e a realidade política e sociocultural externa. Ao contrário disso, desafia a criatividade dos arquitetos conscientes e politicamente comprometidos com a busca por soluções integradoras, porém, não menos expressivas da cultura e da identidade do lugar.[8]

A preocupação de Kenneth Frampton com uma arquitetura que articulasse o interno e o externo estava alinhada ao ensaio de Paul Ricoeur, "Universal civilization and national cultures". Entre outros pontos, ao abordar o paradoxo entre o universal e o local na arquitetura, o filósofo francês questionava sobre os caminhos para sermos modernos sem que perdêssemos as nossas referências.

Alexander Tzonis e Liane Lefaivre, *The grid and the pathway: an introduction to the work of Dimitris and Suzana Antonakakis*, publicado em 1981 na revista *Architecture in Greece.*

8 O pensamento de Hannah Arendt sobre a política também está presente nas reflexões de Kenneth Frampton sobre a arquitetura, precisamente ao evocar o lugar não apenas como um espaço de construção, mas sobretudo de política e de liberdade.

Para Paul Ricoeur, uma solução possível seria a criação de uma cultura híbrida, o que alimentou as ideias de Kenneth Frampton sobre a região e suas conexões com o mundo externo.

Na produção de Kenneth Frampton, a ideias de Paul Ricoeur também forneceram o substrato à concepção de uma arquitetura de resistência ao modernismo universal impulsionado pela Globalização que, a partir dos países do Norte, difundiu o padrão de uso do concreto, do vidro e do aço nos arranha-céus erguidos nos centros das metrópoles dos países do Sul. Assim, arquitetos engajados poderiam encontrar no regionalismo crítico as bases filosóficas e políticas para uma intervenção no "impacto da civilização universal com elementos derivados indiretamente das peculiaridades de um determinado lugar", sem que se prendessem às formas autóctones, uma vez que a região também comporta ideias, criatividade e inteligência (Frampton, 1983b, p. 21, 22).

Os projetos concebidos segundo os princípios do regionalismo crítico deveriam avançar para além da simples arquitetura vernacular. Na ótica de Kenneth Frampton, as construções precisavam estar devidamente integradas à topografia dos terrenos, incorporando luz e ventilação natural, além de proporcionar às

pessoas certas experiências sensoriais, o que nos faz pensar em um diálogo possível do regionalismo crítico com uma arquitetura para os sentidos, viabilizada pelo design sensorial emergente nos anos de 1950. Ora, natureza e cultura são os elementos mais distintivos de uma região, refletindo, de um lado, as características do solo, do clima, da hidrografia e, de outro, as respostas adaptativas da população ao meio natural. Contudo, esse pressuposto construtivo de Kenneth Frampton não era algo novo, pois a ideia já estava presente no pensamento de Lewis Mumford, para quem o regionalismo[9]

> [...] não é uma questão de usar o material local mais disponível, ou de copiar alguma forma simples de construção que nossos ancestrais usavam, por falta de algo melhor, um século ou dois atrás. Formas regionais são aquelas que mais se aproximam das condições reais de vida e que mais plenamente conseguem fazer um povo se sentir em casa em seu ambiente: eles não apenas utilizam o solo,

9 Ao pensar a região amazônica, no estado do Pará nomes como Milton Monte, José Raiol e João Castro são associados ao regionalismo crítico, conforme discute Giovanni Blanco Sarquis em "(Re)discutindo diálogos na arquitetura contemporânea belenense", capítulo que integra esta coletânea.

> mas refletem as condições atuais da cultura na região (1941 citado por Eggener, 2002, p. 228).

Como bem coloca Lewis Mumford, a intencionalidade de um projeto regional deve transcender a materialidade e alcançar dimensões sociais e culturais. Do contrário, resignar-se à técnica e aos aspectos materiais das edificações sem compreender o fundo filosófico e político do regionalismo crítico pode resultar em projetos esvaziados de sentido para a população, então cedendo ao apelo do consumo tão criticado por Kenneth Frampton. Daí o desafio de pensar os limites e as possibilidades de uma leitura individual da região[10] — comunicativa das memórias do arquiteto — e a compreensão da região com base na escuta das vozes da população — expressiva da memória social. Com efeito, qual região se quer referenciar em um projeto, de que maneira isso pode ser realizado, como selecionar os elementos simbólicos e identitários a serem traduzidos nas edificações e quais serão os desdobramentos dessas

10 Keith Eggener (2002) tece sua crítica a Luis Ramiro Barragán Morfin, tido por Kenneth Frampton como um representante maior do regionalismo crítico no México. Para Eggener, após ter recebido o prêmio Pritzker, em 1980, Luis Barragán difundiu um padrão arquitetônico visto como representativo do México pelo olhar estrangeiro, mas discutível entre seus compatriotas.

escolhas para a sociedade, tais movimentos implicam questões éticas importantes no fazer de uma arquitetura autodeclarada regional.

Muito embora Alexander Tzonis, Liane Lefaivre Tzonis e Kenneth Frampton tenham fornecido uma importante contribuição ao regionalismo crítico, em especial ao promoverem as bases de um ideário em favor do reconhecimento do caráter regional no campo da Arquitetura, na prática, essas ideias foram exercitadas de diferentes maneiras. Nesse sentido, Keith Eggener (2002) e Carmen Popescu (2020) observam que um dos problemas do regionalismo crítico residiu nos maus usos do conceito, precipuamente nos países em desenvolvimento, pelos quais foi disseminado e acabou se tornando uma espécie de moda, portanto, esvaziado de seu conteúdo filosófico e político ao ser orientado mais pela técnica e pelo aproveitamento dos recursos naturais da região. Ademais, como discurso, Keith Eggener alerta que o regionalismo crítico focou no chamado militante aos arquitetos para uma "luta" a ser resolvida, todavia, sem apontar as vias de solução.

A despeito do esvaziamento do aparato filosófico e político do regionalismo crítico em função da aderência à técnica e dos desvios semânticos sofridos nos

países em desenvolvimento, a superação desse problema pode estar na revisão crítica das ideias de Alexander Tzonis, Liane Lefaivre Tzonis e Kenneth Frampton. Não estamos nos referindo a uma revisão apoiada exclusivamente na (re)leitura de projetos representativos da arquitetura regional, mas no aprofundamento teórico consistente de conceitos como região, lugar, identidade e cultura. Embora Kenneth Frampton tenha buscado a base filosófica e política do regionalismo crítico nos escritos de Paul Ricoeur, de Martin Heidegger e de Hannah Arendt, o acesso e a compreensão do pensamento pós-colonial[11] podem fornecer um novo vigor aos arquitetos dos países em desenvolvimento, pois são eles os atores que melhor conhecem os processos internos, os problemas e as dinâmicas da região em que vivem. Portanto, a virada do regionalismo crítico a partir do Sul está nas mãos e na vontade desses profissionais.

11 Autores do pós-colonialismo como o jamaicano Stuart Hall e o martinicano Édouard Glissant fornecem ideias interessantes para pensarmos a região de uma perspectiva mais plural, articulada com o mundo, mas a partir do ponto de vista do colonizado. Enquanto Hall fala em identidades híbridas, Glissant fala em identidade rizoma. Essas ideias se aproximam das reflexões de Paul Ricoeur sobre a dialética universal/local.

Rubens da Silva Ferreira
Graduado em Biblioteconomia (UFPA)
Especialista em Biblioteca Universitária (CSE/UFPA)
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional (NAEA/UFPA)
Doutor em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ)
Docente e pesquisador na Faculdade de Turismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPA)
Docente e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pará (PPGAD/UFPA)
Técnico em Conservação no Iphan/PA entre 2006 e 2009

Referências

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. A tradição do regionalismo na literatura brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **Revista Letras**, Curitiba, n. 74, p. 119-132, jan./abr. 2008. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/10955. Acesso em: 12 jul. 2022.

ARENDT, João Claudio. Notas sobre regionalismo e literatura regional: perspectivas conceituais. **Todas as Letras Z**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 110-126, maio/ago. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v17n2p110-126. Acesso em: 29 jul. 2022.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. (Tese; 13). Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_13.pdf. Acesso em: 3 ago. 2022.

COCCO, Marta Helena. O lugar da literatura regional no ensino. **Revista Ecos**, n. 8, p. 55-60, dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/953. Acesso em: 22 jul. 2022.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira & PAULA, João Antônio de. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estudos Econômicos** (São Paulo) [online], v. 38, n. 3, p. 493-524. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-41612008000300003. Acesso em: 29 jul. 2022.

EGGENER, Keith L. Placing resistance: a critique of Critical Regionalism. **Journal of Architectural Education**, May, n. 4, v. 55, p. 228-237. 2002. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1425724. 3 ago. 2022.

FRAMPTON, Kenneth. Prospects for a Critical Regionalism. **Perspecta**, v. 20, p. 147-162. 1983a. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1567071. Acesso em: 4 abr. 2022.

____.Towards a critical regionalism: six points for an architecture of resistance. In: FOSTER, Hal (ed.). **The Anti-Aesthetic:** essays on Postmodern Culture. New York: The New Press, 1983b. p. 17-34.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2003. (Biblioteca universitária. Série 2; 23).

HUFFORD, Mary. Interrupting the Monologue: Folklore, Ethnography, and Critical Regionalism. Journal of Appalachian Studies, v. 8, n. 1, p. 62–78. 2002. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/41446515. Acesso em: 4 abr. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011

MURARI, Luciana. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 159-183, dez. 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/11494. Acesso em: 5 jul. 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 7, p. 43-63. 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/K8GfF5R6gPY7tTQFXWMxggP/?lang=pt. Acesso em: 3 ago. 2022.

POLESSO, Natalia Borges. Regionalismo: a zona crepuscular da literatura. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 118-132. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2010v15n2p117/0. Acesso em: 18 ago. 2022.

POPESCU, Carmen. Critical regionalism: a not so critical theory. In: LOOSEN, Sebastian; HEYNICKX, Rajesh & HEYNEN, Hilde (ed.). **The figure of knowledge:** conditioning architectural theory, 1960s - 1990s. Leuven: Leuven University Press, 2020. p. 211-233. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv16x2c28.13. Acesso em: 18 ago. 2022.

FARIA, Ernesto (org.). **Dicionário escolar latino-português.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura. 3. ed. 1962. p. 855-856.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A construção permanente da competência. In: ROVAI, Esméria (org.). **Competência e competências:** contribuição crítica ao debate. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 149-166.

SANTOS, Milton. O tempo (os eventos) e o espaço. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, SP: EDUSP, 2008. p. 143-168 (Coleção Milton Santos; 1).

SOUSA SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (org.). **Conhecimento e reconhecimento:** uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza, CE: Eduece/LCR, 2003. p. 53-64., Inglês de. A feiticeira. In: SOUSA, Inglês. **Contos amazônicos**. 2. ed. Jundiaí, SP: Cadernos do Mundo Inteiro. p. 23-34 (Acervo brasileiro; 1).

SOUZA, Márcio. Literatura na Amazônia, ou literatura amazônica? **Revista Sentidos da Cultura**, Belém, v. 1, n. 1, p. 25-30. 2014. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/article/view/351. Acesso em: 21 ago. 2022.

WANDERLEY, Livio Andrade. **Economia regional e conceitos de espaço e região**. Salvador, BA. 1995 (Série FCE/UFBA. Texto para discussão; 1).

SOBRE O PRECONCEITO CONTRA A ARQUITETURA REGIONAL EM BELÉM

Estudar as causas dos preconceitos contra essa arquitetura é tão importante quanto estudar uma arquitetura que seja adequada às condições climáticas e culturais de uma região. O que leva uma pessoa a ter preconceito contra algo que só busca ser adequado ao meio ambiente de seu lugar? Quais ideias alimentaram esse posicionamento acrítico?

Ao se rever a história das ideias que permearam nossa região, verifica-se que, em 1901, o então intendente Antonio Lemos, no Código de Polícia Municipal, proibia, entre outras coisas, que no centro da cidade de Belém se utilizasse nas novas construções o beiral, um dos componentes construtivos que mais proporciona proteção contra a insolação das paredes e contra a incidência das chuvas equatoriais, conforme demonstra a arquiteta e pesquisadora Jussara Derenji:

> A obrigatoriedade de construir platibandas em todas as fachadas, não só nas novas construções, mas também nas que fossem reformadas ou pintadas, modificou completamente a fisionomia da cidade, fazendo desaparecer os beirais e introduzindo uma série de equipamentos, em geral importados, para a solução dos problemas de águas pluviais: calhas, gárgulas, etc.

E qual a justificativa da proibição? Evitar o lançamento das águas pluviais diretamente sobre o passeio público? Se fosse essa justificativa a causa principal, bastaria que se regulamentasse o uso obrigatório de calhas e condutores que resolvessem o problema. Interesse econômico de empresas importadoras? Ou esse interesse apenas se articulava a um interesse mais amplo em eliminar, no centro da cidade, qualquer elemento que levasse à referência da pobreza, da regionalidade e da influência africana? Um preconceito contra tudo que confrontasse a elite dominante?

Nesse mesmo Código de Polícia Municipal, também constava a postura contrária a outra manifestação da cultura regional ao proibir, no centro da cidade, a música e a dança do carimbó — um ritmo nascido, essencialmente, das vertentes culturais indígena, africana e portuguesa, sendo tolerado apenas na então periferia da cidade, como nos bairros do Guamá, Jurunas, entre outros. Foi exatamente desses bairros que surgiram Pinduca e Verequete, que contribuíram para que o Carimbó fosse eleito, pouco mais de 100 anos depois, como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Iphan.

Mas o que há em comum entre o Beiral e o Carimbó? É que ambos revelam a cultura local: de habitar e

de lazer, o que isso consistia em um propósito da intendência de negar a identidade regional em favor de uma nova ambiência cultural que seguisse os padrões elitistas de outras regiões, mesmo de clima e cultura completamente diversos da nossa, mas de maior "status" econômico no mercado internacional, como era a Europa. O servilismo cultural, em nome da Modernidade, 'justificava', então, a preterição a algo mais adequado à cultura de morar e do lazer local. Em uma análise de atendimento à matriz Espaço/Tempo, essa atitude preconceituosa contra a cultura do Espaço era alicerçada pelo atendimento a produtos gerados pelo Tempo, pela modernidade industrial, pela oferta de novos componentes construtivos, como platibandas ornamentadas de estatuetas e balaústres importados, que acabaram por criar arquétipos de poder que ainda hoje vagam nas mentes locais, ávidas para negar, preconceituosamente, qualquer manifestação do Espaço local que revele uma postura de resistência ao servilismo cultural.

Há de se perguntar: qual era a postura, diante desse preconceito, do Curso de Arquitetura e Urbanismo ao ser criado em Belém do Pará, em 1964? Criado em pleno Modernismo, que seguia ideias e modelos por uma arquitetura universal moldada em países com

liderança econômica e cultural, que deveria ser solução para a morada humana independente de seu Espaço, de suas condições ambientais e culturais, o então curso de arquitetura pouco poderia contribuir para uma resistência ao centrismo cultural imposto. Como o Modernismo, na arquitetura, pautava-se pela negação de qualquer adorno ou elementos construtivos que não tivessem uma necessidade funcional ou que expressassem uma cultura de construir pretérita ou regional, diversos componentes eram negados, independentemente de qualquer função de convivência com o espaço amazônico, entre esses, o beiral aparente e generoso, as barras, nas paredes externas, de proteção contra a umidade do solo, as esquadrias em madeira que traziam a função de ventilação e iluminação compatível com o conforto ambiental e a privacidade, soluções de saída do ar aquecido sob a cobertura, entre outros recursos e elementos construtivos e tecnológicos.

Apenas vozes como a do arquiteto e professor Milton Monte, entre outros poucos, se levantavam em defesa de uma arquitetura que fosse moderna sem perder seu compromisso com o seu lugar amazônico [Fig. 01/ Fig. 02]. Quando o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Pará (UFPA), no início da década

de 1970, foi transferido para o Campus Universitário do Guamá, ocupando os primeiros pavilhões projetados pelo arquiteto Alcyr Meira, com grandes e generosos beirais para proteção da insolação e da incidência das chuvas, com esquadrias em venezianas móveis para facilitar a ventilação cruzada, com piso elevado para defesa contra a umidade do solo, ouvia-se vozes preconceituosas em Belém, que diziam que o Curso de Arquitetura iria funcionar em um barracão, em alusão a essa tipologia construídas pelos caboclos na Amazônia.

A luta contra o preconceito a uma arquitetura regional iria ganhar novos aliados ao professor Milton Monte com a implantação, na UFPA, de Programas de Capacitação Docentes, para que os professores pudessem cursar mestrados e doutorados, em outras universidades, a partir do início da década de 1970. Diversos professores foram cursar o mestrado em arquitetura na Universidade de São Paulo (USP), na Escola de Engenharia de São Carlos/SP, onde havia, entre outras, áreas de pesquisa como "Estudo da Madeira" e "Conforto Ambiental". Com o retorno desses docentes, como José Raiol e João Castro Filho, diversas ações realizadas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, sob a responsabilidade do professor Cicerino Cabral,

como o "Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos", além de cursos livres, estimularam o uso de tecnologia na área de Conforto Ambiental, desde o uso adequado da madeira na construção civil a inovações tecnológicas, a partir de profissionais com reconhecimento nacional, como João Filgueira Lima (Lelé), Edgar Graeff, Severiano Porto, entre outros, que contribuíram para a abertura de novos rumos de uma arquitetura considerada adequada às condições socioambientais da Amazônia, sem deixar de ser contemporânea.

Diversos profissionais, mesmo sem pertencer ao Departamento de Arquitetura da UFPA, contribuíram para a redução do preconceito, como os arquitetos Bichara Gaby, Aurélio Meira, Rui Vieira, Paulo Chaves, entre outros, por meio de seus expressivos projetos com aplicação de materiais regionais, como a madeira e componentes cerâmicos, aplicando soluções que proporcionavam o conforto ambiental adequado.

Com a aposentadoria de parte dos professores que foram cursar o Mestrado na USP, ou mesmo na Universidade de Brasília (UnB), como Cicerino Cabral, além do falecimento de Milton Monte, e com a divulgação midiática da arquitetura oriunda de países de clima temperado, já com o advento da internet, verificou-se um retorno do

preconceito contra a Arquitetura Regional, embora com a luta continuada de alguns atuais professores.

Todavia, com o surgimento de novas ideias internacionais como Arquitetura Sustentável, Arquitetura Bioclimática e Arquitetura Biofílica, no âmbito do tema das "Mudanças Climáticas", aliadas a inovações tecnológicas como a madeira laminada colada, o uso misto de estruturas com aço e madeira, e com a divulgação de trabalhos de arquitetos como Kengo Kuma, como o Estádio Nacional de Tóquio, projetado para as Olimpíadas de Verão de 2021 — que utiliza madeira como material estrutural, ventilação cruzada, resfriamento evaporativo, dentre outros recursos —, espera-se uma redução desse preconceito, não só para o desenvolvimento de uma arquitetura contemporânea adequada às condicionantes climáticas locais, como também enquanto contribuição para um processo de evolução das ideias por uma sociedade sem preconceitos.



Fig. 01: Escola Augusto Corrêa, arq. Milton Monte e arq. José Raiol.
Fonte: Acervo de José Raiol.

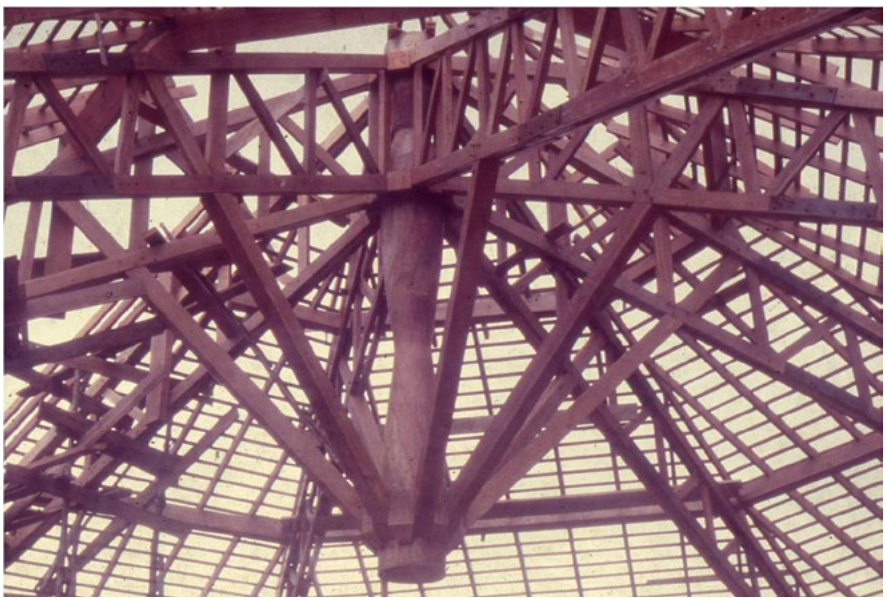


Fig. 02: Bar O Lapinha, arq. Bichara Gaby e arq. José Raiol.
Fonte: Acervo de José Raiol.

José de Andrade Raiol
Graduado em Arquitetura (UFPA)
Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP)
Docente aposentado da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFPA)

MEMÓRIAS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITETURA NOS TRÓPICOS

Antecedentes

Este texto apresenta uma reflexão particular acerca da realização do primeiro "Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos" (CEAT), realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) entre 1985 e 1986, do qual fui aluno. Há, ainda, comentários sobre possíveis influências que esse evento teria trazido à produção arquitetônica belenense — e à minha própria.

No início de 1985, eu cursava o último semestre da graduação em Arquitetura na UFPA, e confesso que, ainda àquela altura, minha visão da arquitetura era restrita ao ato projetivo do edifício para satisfazer, primordialmente, necessidades pragmáticas a exemplo das construtivas, funcionais, legais, geométricas e, sobretudo, aquelas voltadas ao conforto ambiental.

Esse estreito entendimento estava fundamentado em uma equivocada ideia de que haveria dois tipos de arquiteto: o teórico, que não faz projetos, e o "de prancheta", que faz projetos. Tal compreensão, suponho, teria sido em mim forjada pelo fato de eu, desde os 13 anos de idade, frequentar — trabalhando eventualmente

— a Projetos e Assessoria Técnica[1], escritório de arquitetura bastante atuante à época. Naturalmente, jamais testemunhava as discussões que embasavam os projetos ali elaborados, tampouco me interessava em ler os memoriais que deles faziam parte, o que me levava a crer ser o projeto desenhado a origem e o destino de toda a concepção arquitetônica.

Mesmo depois de ingressar na UFPA, não consegui me desfazer totalmente do preconceito da cisão teoria/prática, posto que encontrei uma escola na qual as cargas horárias destinadas à teoria e à história eram muito pequenas se comparadas ao que temos atualmente. Além disso, esses conteúdos eram pouco discutidos à luz do projeto, fazendo com que aspectos conceituais da arquitetura não fossem por mim percebidos com a devida importância. Não estavam em meu cotidiano acadêmico[2], entre outras, questões como o

1 Escritório de Arquitetura fundado no início dos anos 1970, em Belém/PA, dirigido pelos arquitetos Cláudio Walter Cativo Rosa, Avelino Tavares de Souza e Silva, Cicerino Cabral do Nascimento e Paulo Elcídio Chaves Nogueira.

2 O professor Milton Monte (1928-2012), acreano, por muitos considerado, ainda hoje, o mais importante arquiteto (e engenheiro) regionalista com atuação no Pará, era integrante do quadro docente do Curso de Arquitetura da UFPA no período da minha graduação. Porém, infelizmente, não tive o privilégio de ser seu aluno. Amante da

regionalismo, por mim entendido em nosso contexto, e de forma simplificada, como a prática de uma arquitetura erguida e mantida com o saber fazer local, construída com materiais oriundos de nossa região (madeira e argila, por exemplo), e configurada de modo a considerar nossas especificidades naturais e culturais.

Creio que o mais importante fator para a pouca discussão conceitual da arquitetura em meu curso de graduação foi o fato de, no início dos anos 1980, estávamos saindo do período da ditadura militar, no qual as universidades estiveram, assim como todos nós, amordaçadas. Àquela altura, não se havia, ainda, reconquistado plenamente a liberdade de expressão de pensamento, e as reflexões sobre a sociedade, por exemplo, essenciais para a compreensão da arquitetura em todas as suas dimensões, seguiam suscetíveis à repressão.

Em 1984, o arquiteto e professor da UFPA João Castro Filho defendeu, na Universidade do Estado de São Paulo (USP), de São Carlos, a dissertação de mestrado intitulada "Estudo sobre exemplos de arquitetura tropical erudita e suas adequações à Amazônia Brasileira no

arquitetura vernacular amazônica e dono de um vasto acervo de obras projetadas e construídas, "Mestre Monte", em sua sala de aula, certamente professava a necessidade de ser regionalista em nossos projetos.

último decênio", na qual tratou do Regionalismo, analisando "... as características construtivas e ambientais que deveriam ser observadas para adequação dos edifícios ao clima amazônico" (Sarquis, 2012).

De volta a Belém e à docência na UFPA, Castro atuou para a divulgação dos conceitos com os quais trabalhou em seu mestrado, publicando alguns artigos nos jornais da cidade. Tal movimento chamou a atenção de grande parte da comunidade profissional e acadêmica da arquitetura, ganhando o tema do Regionalismo uma visibilidade até então sem precedentes, embora as obras de Milton Monte já fossem, àquela altura, testemunhos edificados desse conceito.

Estando eu, nessa época, interessado no trabalho do professor Castro, menos na questão conceitual e mais nas estratégias por ele estudadas para obtenção do bom conforto ambiental nas edificações, solicitei a ele que orientasse meu trabalho de conclusão de curso, cujo tema foi "Condições de Conforto Ambiental Térmico na Arquitetura Portuguesa Reformada". Esse trabalho, cuja parte final também contou com a orientação do professor da UFPA José de Andrade Raiol, foi elaborado

juntamente com a colega acadêmica Lucíola de Araújo Neves Silva[3], e tratava de análises das consequências que determinadas reformas em prédios antigos selecionados em Belém/PA poderiam ocasionar para as temperaturas verificadas em seus interiores. Ao término de minha graduação, estava muito mais preocupado em como projetar adequadamente para o nosso clima, do que em como projetar adequadamente para a nossa sociedade e cultura.

O primeiro curso de especialização em arquitetura nos trópicos

Em meados de 1985, Castro e Raiol, apoiados por Cicerino Cabral do Nascimento, então Chefe do Departamento de Arquitetura da UFPA, organizaram e montaram um curso de especialização para estudar e, também, difundir, uma arquitetura mais bem apropriada para a região amazônica. Recém-formado, conquistei uma vaga nesse curso com a expectativa de aprofundar conhecimentos de conforto ambiental, posto que,

3 Arquiteta graduada em 1985, que seguiu em 1987 para São Paulo, onde cursou o mestrado em arquitetura na USP, no Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos.

conforme já afirmei, possuía, àquela altura, muito interesse no assunto.

Em minha carta de intenções, parte do processo seletivo para o referido curso, na qual era esperado que discorrêssemos sobre arquitetura tropical, manifestei a forma como então compreendia essa questão, expressando que, para mim, o bom desempenho quanto ao conforto térmico era a principal condição para que a arquitetura, em nossa terra, pudesse ser considerada "tropical". Para ilustrar meu pensamento, citei como boa solução arquitetônica para a nossa região o edifício sede da SUFRAMA, em Manaus, projetado por Severiano Porto. Esse complexo edificado, pelo que na época aprendíamos, embora tivesse sua cobertura construída em concreto, material que o senso comum no meu meio acadêmico e em meu período de graduação não considerava ser adequado ao nosso clima, era tido como um bom exemplo de arquitetura tropical. Tal entendimento fundamentava-se no desenho em forma de coifa aberta no topo, adotado nos elementos que compõem o conjunto de cobertura, que permitiu a tiragem de ar quente por efeito chaminé, garantindo, assim, boas condições térmicas sob os tetos. Como se pode depreender, eu não estava, naquele momento, preocupado com o uso de

materiais ou mesmo com a fisionomia das edificações, mas sim com seus bons desempenhos térmicos.

A turma era bastante heterogênea. Havia recém-graduados, professores, funcionários públicos, profissionais liberais ainda na primeira década de atuação, entre outros, todos arquitetos. O curso se desenvolveu com a presença dos professores Márcio Villas-Boas e Luís Carlos Chichierchio, que trataram de questões mais técnicas de conforto ambiental (ventilação, insolação), Edgar Graeff, que abordou questões conceituais, e de Severiano Porto, o qual, a meu sentir, pela boa qualidade e prestígio que sua arquitetura, reconhecida como regional, simbolizava o sucesso da aplicação na vida profissional dos conteúdos que estudávamos no curso. Castro e Raiol também integraram o corpo docente do curso.

Também estava no curso, mas na condição humildemente assumida por si de aluno, o professor Milton Monte, o qual, ao lado de Severiano Porto, era, àquela altura, igualmente parâmetro na produção de uma arquitetura entendida como regional. Além de Severiano Porto e Milton Monte, em meados dos anos 1980, época do curso, Aurélio Meira, arquiteto belenense com forte atuação no mercado local, também era referência na produção da arquitetura reputada como regional. As casas

que nesse período projetou e construiu têm grandes beirais, esquadrias de madeira com venezianas móveis para não obstruir a ventilação, alvenaria cerâmica aparente e paisagismo abundante, características semelhantes às encontradas em obras de Porto [Fig. 01] e Monte [Fig. 02].

Embora havendo ingressado no curso preocupado primordialmente com questões de conforto ambiental, entre as quais ali se professaram como principais estratégias projetuais o uso de materiais termicamente isolantes, da ventilação natural e do sombreamento, muito me impressionava, além do trabalho de Aurélio Meira [Fig. 03], a feição da arquitetura de Severiano Porto e Milton Monte, a nós apresentadas como verdadeiros bons exemplos de adequação, em todos os aspectos, à Amazônia onde estavam erguidas.

Ainda que impactado pelos prédios dos três arquitetos, mantive, em minha proposta de monografia de conclusão do curso, o foco no conforto ambiental. Pensei, inicialmente, em um trabalho que propusesse o uso do fibrocimento com bom desempenho térmico, dado que seu uso, tanto pelo baixo custo quanto pela demanda de estrutura mais exígua para sua sustentação, o fazia muito comum em habitações de baixa renda (barracos nas baixadas), porém, fui desencorajado pela

minha orientação. Acabei fazendo um trabalho estudando o desempenho térmico de uma parede dupla com câmara de ar ventilada, constituída por antigos tijolos cerâmicos em forma de "L". Finalizado o curso, cada um dos egressos seguiu seu caminho, levando consigo as lições ali aprendidas.

O período imediato pós curso de especialização

Em meu caso, nos primeiros anos de atuação profissional busquei adotar nos projetos soluções para adequação das edificações ao clima local, soluções essas que aprendi na graduação, e outras que mais assimilei com o curso de especialização. Nesse início de carreira recebia poucas, mas diversificadas encomendas projetuais, tanto de clientes privados para fazer casas, quanto do mercado imobiliário para fazer conjuntos habitacionais e comerciais, horizontais e verticais.

Nas casas privadas, meus clientes aceitavam a cobertura em telhas cerâmicas com beirais e ático ventilado, por exemplo; mas o posicionamento dos ambientes de modo a captar ao máximo a ventilação natural, embora sempre presente nos projetos, não era tão valorizado, pois o uso do ar-condicionado minimizava a

percepção da importância do conforto térmico proporcionado pelos ventos. Certa vez tentei utilizar a parede dupla proposta e estudada em minha monografia de conclusão da especialização, porém não tive o consentimento dos meus contratantes.

Quanto aos trabalhos para o mercado imobiliário, as soluções horizontais (vilas de casas etc.) seguiram o mencionado padrão de aceitação dos projetos de casas privadas. Todavia, para as edificações verticais, os projetos obedeceram à lógica diversa. Imaginei fazer prédios com ambientes sempre voltados para a ventilação dominante, com janelas sombreadas e paredes externas revestidas por materiais que detivessem, ao máximo, a transmissão de calor por meio delas. Nos casos de edifícios habitacionais com um ou dois apartamentos por andar, não havia dificuldades de posicionamento para considerar a incidência do sol e dos ventos. Entretanto, a aplicação de revestimentos externos com bom desempenho quanto ao isolamento térmico, como peças cerâmicas, por exemplo, apenas cabia em empreendimentos de alto padrão.

Nesse cenário, as obras destinadas a faixas mais populares recebiam, por decisão das construtoras, fachadas apenas pintadas, assim como pouco ou nada

consideravam o sentido dos ventos e o trajeto aparente do sol, pois seus pavimentos acomodavam, no mínimo, quatro unidades, simetricamente dispostas a partir de um núcleo central de circulação vertical e horizontal. Essa configuração tradicionalmente proporciona plantas com áreas condominiais exíguas, o que é financeiramente interessante para empreendedores, porém não permite que todas as unidades sejam ventiladas e/ ou recebam os raios solares de forma equânime.

Algumas estratégias de sombreamento foram, também, por mim aplicadas em projetos de edificações verticais. Projetei, nessa época, um prédio comercial com fachadas dotadas de um sistema de brises para deter a radiação solar direta sobre as janelas. A comissão de obras responsável pela execução do prédio, entretanto, simplesmente suprimiu por medida de economia o referido sistema, e ainda substituiu por pintura acrílica o revestimento cerâmico originalmente proposto.

Entendi, logo nesses primeiros tempos, a fragilidade da autonomia da arquitetura. Compreendi o papel e a força do cliente. O professor Milton Monte enfatizava a importância dos seus clientes na produção de sua arquitetura, posto que eles sempre apoiaram as soluções projetuais idealizadas, muitas delas inusitadas

e experimentais. A propósito, testemunhei o professor Elvan Silva, em uma palestra por ele ministrada em Belém, na década de 1990, dizer que "o principal ingrediente da boa arquitetura é o cliente", o que ratifica o pensamento de Monte acerca do papel do cliente no projeto.

A atmosfera profissional da arquitetura, nos primeiros anos depois do curso, era favorável à produção de projetos com feições regionais. Os jornais da época, como já mencionei, traziam artigos e reportagens enaltecendo os bons valores da arquitetura regional, o que ampliava a discussão para além da comunidade dos arquitetos, estimulando a se ter mais atenção para as especificidades do local para o qual nossos projetos se destinavam. Todavia, penso que não houve na sociedade belenense em geral ressonância suficiente daquelas ideias, de modo a proporcionar naquele tempo a proliferação de edificações cujas fisionomias refletissem com clareza nossas características naturais e culturais. O elemento arquitetônico regional que me parecia mais bem consolidado nas expectativas dos clientes para seus projetos era, àquela altura, a telha de barro, e apenas para alguns temas, como a casa.

Conclusões

Ainda que haja afirmado em minha citada carta de intenções para a admissão no curso de especialização que o que bastava para ser regional em arquitetura era a adequação ao clima local, no fundo, eu esperava que o curso pavimentasse minha estrada para projetar como Porto, Monte e Meira, concebendo edificações nitidamente identificadas em forma e material com a arquitetura amazônica. Todavia, as encomendas projetuais que, até agora, ao longo da vida tenho recebido e buscado, não oferecem com facilidade condições para a adoção daqueles traços que as caracterizem como tal. Edifícios institucionais, privados ou públicos, por exemplo, com suas necessidades de climatização artificial, luz natural e facilidade de manutenção, não aceitam determinadas soluções ou materiais que poderiam dotá-los de fisionomia reconhecidamente regional. Até nas poucas casas que, recentemente, tenho projetado, quando consigo utilizar a cobertura cerâmica aparente e escapar do pedido para esconder o telhado, tenho que aceitar o uso de esquadrias de vidro e climatizar artificialmente quase todos os ambientes.

A leitura que faço da minha própria trajetória projetual, é verdade, não permite generalizações, mas o panorama edificado que percebo na cidade de Belém parece acompanhar, no sentido aqui discutido, a fisionomia não regional dos meus projetos, sobretudo em prédios institucionais. Mesmo a produção de casas, por exemplo, tema que aceita bem soluções tidas como regionais aos moldes de Porto, Monte e Meira, a julgar pelo que se observa nos condomínios fechados nos quais, numericamente, a habitação unifamiliar é mais frequente, não tem apresentado tal feição, ocorrendo, assim, uma profusão de construções com coberturas escondidas, sem beirais, e que trazem enormes vãos completamente envidraçados, reproduzindo modelos de outros lugares, diferentes de nossa terra em clima e cultura.

Cabe ressaltar, reconheço, ser inevitável, como é do senso comum, que, à medida que o tempo passa, naturalmente, a arquitetura, acompanhada da evolução da civilização, ao fazer uso de novas tecnologias e novos materiais, se distancia fisionomicamente daquela que ainda hoje entendemos como regional, conquanto, circunstancialmente, continuem surgindo edificações que contrariam essa afirmação. Nesse sentido, destacam-se

obras dos professores Reinaldo Jansen[4] e Hélcio Arruda[5], ambos sem qualquer relação direta com o curso de especialização, não obstante Jansen tenha importante participação em diversos projetos de Castro e Arruda seja discípulo e antigo colaborador de Monte.

Embora compreendendo que em apenas alguns temas o regional, assim como tradicionalmente entendemos, pode se manifestar de forma mais evidente, lamenta-se, aqui, além da pontualidade de sua presença, o paulatino decréscimo de sua aplicação. Penso que esse fato se deve a diversos fatores, entre os quais imagino serem significativos:

> a diminuição, no âmbito acadêmico público, da discussão da necessidade e da pertinência de uma arquitetura regional, adequada ao nosso clima e à nossa cultura. Com a aposentadoria dos professores Milton Monte (1995), José Raiol (1998), Reinaldo Jansen (2003), e mais recentemente, João Castro Filho (2016), a escola de arquitetura da UFPA perdeu, e não conseguiu

4 Arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, cuja atuação abrangeu desde a elaboração de projetos de arquitetura a projetos de estrutura.

5 Arquiteto e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unama.

substituir à altura, o discurso e o exemplo vivo de professores/arquitetos adeptos do regionalismo, e que eram capazes de influenciar e ensinar seguidores;

- a dificuldade de acesso à madeira para uso na construção civil, material em grande parte responsável pela fisionomia identificada como regional em nossa arquitetura;
- a elevação do grau de industrialização da construção e consequente redução da mão de obra artesanal para fabricar elementos especificamente desenhados para condições locais (esquadrias de madeira com venezianas móveis, por exemplo);
- o desenvolvimento e a popularização da tecnologia de climatização artificial, desobrigando, em certo modo, a arquitetura da adequação passiva ao meio climático da região em que está inserida;
- a redução do custo do vidro, material não identificado como tradicionalmente regional, e o resultante aumento de sua utilização em nossas edificações;

> a gradativa ampliação do uso de novos produtos ainda não totalmente inseridos ao nosso repertório material regional, posto que adequados ao clima local a custo razoável (telhas termoacústicas, vidros de baixa emissividade);
> o acesso facilitado a imagens da arquitetura de todas as partes do mundo, apresentadas quase sempre de forma espetacular, influenciando o imaginário dos arquitetos e dos clientes.

Diante do que se observa, e por motivos como os acima elencados, o curso de especialização, decorridas quase 4 décadas de sua conclusão, não parece haver ocasionado, da maneira como esperava, significativas repercussões no panorama arquitetônico de Belém, da mesma forma como, repito, creio não haver ocorrido nem no período imediatamente após sua realização, quando a discussão das ideias no curso professadas estava mais presente. Minha expectativa, frustrada, era a de que essa especialização se perpetuasse como programa acadêmico[6], influenciando não apenas arquitetos, mas a sociedade como um todo, e

6 Houve uma segunda e derradeira edição do CEAT, a qual foi interrompida antes de sua conclusão.

assim proporcionasse a massificação da regionalização da nossa arquitetura de forma a expressar com nitidez a natureza e a cultura locais, o que, penso, não ocorreu.

Isso não quer dizer, contudo, que não haja a prática, aqui, de uma arquitetura entendida como regional, sobretudo se ampliarmos nosso entendimento acerca do tema, conforme sugere Kenneth Frampton no último capítulo de sua obra "Historia Crítica de la Arquitetura Moderna", o qual versa sobre o Regionalismo Crítico (Frampton, 1987). Ademais, caso seja verdadeira a afirmação que fiz em minha carta de intenções de 1985, a boa adaptação ao clima é condição de pertinência da arquitetura à região na qual estão seus alicerces.

Essa assertiva, passível de discussão, concordo, na qual sigo acreditando, fundamentou-se, repito, no exemplo do edifício da Sede da Suframa, em Manaus, ao qual agora retorno dessa vez amparado pela Tese de Doutoramento de Marcos Cereto. Neste trabalho, o qual traz uma perfeita exegese da obra de Severiano Porto, Cereto aponta, com correção, a natureza regional amazônica daquele prédio, ainda que tenha similitudes visuais com projetos na Holanda (Orfanato de Amsterdam, de Aldo Van Eyck) e nos Estados Unidos (Casa de Banhos do Centro Judaico de Trenton, de Louis Kahn). Cereto nos

mostra, com clareza de didatismo e adequada terminologia própria, que a concepção arquitetônica ali existente, uma "macrocobertura" constituída em módulos formados, cada um, de um "tronco de pirâmide oco com base quadrada e arestas arqueadas (todos em concreto armado moldado in loco) e uma claraboia" (Cereto, 2020), a qual se desenvolve sobre "invólucros" soltos, que encerram ambientes, é adequada à Amazônia e seu clima pois conforma "um sistema de exaustão para a retirada do ar quente do interior do edifício e também garante uma iluminação discreta ao longo da profundidade da planta" (Cereto, 2020). Ainda nas palavras de Cereto, "essa estratégia proporciona que os invólucros estejam inscritos nos módulos da macrocobertura e sempre tenham proteção, sombreamento e ventilação cruzada" (Cereto, 2020).

Além das inúmeras menções feitas por Cereto à boa adaptação do edifício à região onde se ergue, há, ainda, a referência da manifestação do próprio Severiano Porto quanto à pertinência da concepção do edifício ao local: "O lugar, a preocupação com a regionalidade e a Amazônia são citados frequentemente pelo arquiteto em suas entrevistas, conferências e discursos" (Cereto, 2020).

Independentemente do argumento acima exposto, porém, que me permite justificar a regionalidade que procuro dar à arquitetura que projeto pela observância ao clima, confesso que gostaria, mesmo que apenas em temas apropriados, de desenhar edifícios regionalmente mais explícitos. A madeira e a cerâmica, por exemplo, embora utilizadas de forma comedida nos meus trabalhos, estão fortemente presentes no meu imaginário da boa arquitetura, que, desde estudante, construí com razão e emoção. Juntamente com Cláudio Cativo, meu mentor maior e motivo de eu ser arquiteto, Severiano Porto, Milton Monte e Aurélio Meira são minhas referências profissionais. Suas arquiteturas, regionais nos mais amplos sentidos, ao configurarem a terra em que nasci e vivo, me trazem serenidade e conforto, posto que para aqueles, como eu, que entendem a arquitetura como abrigo, identificar um lugar como nosso traz a sensação de tranquilidade e segurança de estar em casa.



Fig. 01: Residência, arq. Severiano Porto.
Fonte: Acervo de Severiano Porto.



Fig. 02: Residência, arq. Milton Monte.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2011.



Fig. 03: Residência, arq. Aurélio Meira.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2011.

José Maria Coelho Bassalo
Graduado em Arquitetura (UFPA)
Especialista em Arquitetura nos Trópicos (UFPA)
Mestre em Engenharia Civil (UFPA)
Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA)

Referências

CERETO, Marcos Paulo. **Severiano Mario Porto**. [Re]Pensando a Arquitetura [Moderna] na Amazônia. 2020. 522f. Doutorado em Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica de la Arquitectura Moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

SARQUIS, Giovanni Blanco. **Diálogos contemporâneos na Arquitetura Belenense (1979/2007)**. 2012. 347f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

DIÁLOGOS ATEMPORAIS CONSTRUINDO ARQUITETURAS CONTEMPORÂNEAS

Referências determinantes

Este artigo caracteriza-se como uma síntese analítica, sob o olhar atento e abrangente da arquitetura contemporânea de Belém e região metropolitana, especialmente a partir da década de 1980, na perspectiva de narrar e interpretar acontecimentos, personagens e projetos representativos de uma condição resultante do diálogo, por vezes programado, noutras espontâneo, entre referências modernas e regionais. A matriz referencial desse escrito se debruça sobre a tese de doutorado do arquiteto e urbanista Giovanni Blanco Sarquis, intitulada *Diálogos contemporâneos na arquitetura belenense: 1979-2007.*

Discussões sobre o regionalismo na arquitetura ocorrem desde as décadas de 1920 e 1930, precisamente quando a arquitetura moderna se confrontou com preocupações de cunho regional, num processo de transformação mútua, no qual as formas modernas permitiram novas maneiras de compreender as culturas e especificidades nacionais e regionais (Curtis, 2008, p. 372). Essa condição de diálogo e interpretação do regional por arquitetos modernos traduziu-se num "[...] esforço para revelar lições fundamentais da tradição

local e fundi-las com uma linguagem moderna já desenvolvida" (Curtis, 2008, p. 568).

A arquitetura moderna proporcionou respostas regionais, observadas em arquiteturas que se ajustavam a culturas e climas específicos. Projetos que expressavam aspirações modernas com referências regionais. Essa proposta de interpretação do meio físico e cultural teve relação com as discussões em torno dos movimentos de ciências aplicadas vinculados à arquitetura, e se identificou com o novo empirismo que repercutiu no segundo pós-guerra. Nesse momento, algumas atitudes projetuais — nem todas, necessariamente, de contestação ao Movimento Moderno — retomaram a interpretação das características do lugar, por meio de técnicas empíricas, materiais locais e tipologias tradicionais.

Algumas destas discussões passaram pela abordagem de assuntos como o significado, a história, o ambiente, o lugar, o contexto, a estética, a tecnologia, a crítica e o processo projetual, estudados por diversos autores a partir dos anos 1960.[1] Temas que ganhavam

1 LYNCH, Kevin. The image of the city. Cambridge: MIT Press, 1960; JACOBS, Jane. The death and life of great american cities. New York: Random House, 1961; ROSSI, Aldo. L'architettura della città. Padova: Masílio, 1966; NORBERG-SCHULZ, Cristian. Intentions in architecture. Cambridge: MIT Press, 1968; GREGOTTI, Vittorio. Il territorio

importância na medida em que a arquitetura passou a ser vista como constituída de diálogos e interpretações que poderiam ser apontados enquanto chaves explicativas para os fenômenos arquitetônicos. Nos campos da teoria e da crítica, surgiram estudos que discutiam a construção da arquitetura a partir da interpretação dos lugares, enquanto realidades particulares com ressonâncias históricas, culturais e psicológicas que transcendiam a concepção moderna de espaço (Norberg-Schulz, 1975, p. 12).

A compreensão do lugar remete a entender a geografia e a história do lugar, tornando possível, inclusive materialmente, a percepção desse diálogo por meio da luminosidade, textura, vegetação, cultura humana, paisagens, formas e fenômenos naturais, ou seja, elementos que definem a especificidade do sítio. Aspectos que podem participar do desenvolvimento do projeto, permitindo o estabelecimento de uma relação com o contexto, reinterpretando-o segundo o momento presente. Assim, reforçar-se-ia a importância das pré-existências a partir da reafirmação de que no lugar habitam referências intrínsecas à existência do próprio objeto arquitetônico — possibilitando uma interação

dell'architettura. Milano: Feltrinelli, 1972; VENTURI, Robert. Complexity and contradiction in architecture. New York: MOMA, 1977.

apropriada entre o edifício (forma, função e estrutura) e seu contexto.

A preocupação com o caráter específico de lugares e regiões em particular, que teve um papel destacado na arquitetura da década de 1980, respondia a uma sensação de que o mundo perdia suas raízes locais. O mundo tornava-se mais flexível em seus intercâmbios, sendo transformado pela tecnologia internacional e pela mudança de fronteiras mentais e políticas. Tratava-se de um dos paradoxos da modernização global, e o arquiteto, comprometido com a interpretação de sua paisagem cultural local, deveria contar com fontes estrangeiras para cumprir essa tarefa (Curtis, 2008, p. 655).

Profissionais formados e atuantes em Belém desde o curso de Arquitetura da UFPA (criado em 1964) tiveram a contribuição teórica e prática de arquitetos como o carioca Lucio Costa (1902-1998; arquiteto formado em 1924 pela Escola Nacional de Belas Artes), o paulista Oswaldo Bratke (1907-1997; arquiteto formado em 1931 pela Universidade Mackenzie) e o mineiro Severiano Porto (1930-2020; arquiteto formado em 1954 pela Faculdade Nacional de Arquitetura - Universidade do Brasil), no sentido de estabelecer conexões entre a arquitetura moderna e a realidade do lugar, contabilizando desde projetos como o

Park Hotel, em Nova Friburgo/RJ (1944-1945) [Fig. 01] e as casas (anos 80) do poeta Thiago de Mello, no Amazonas, todos assinados por Costa, passando pelas realizações das Vilas Serra do Navio [Fig. 02] e Amazonas (1955-1960), ambas no Amapá, de autoria de Bratke, e de inúmeras obras projetadas [Fig. 03] por Severiano, no Amazonas, desde a década de 1960.

No caso das vilas amapaenses projetadas por Bratke, e dos edifícios de autoria de Severiano, por terem sido realizados a partir dos anos 50 e num contexto físico e cultural similar ao belenense, representaram importantes propostas da arquitetura e urbanismo modernos brasileiros, idealizadas com conhecimento e em conformidade às especificidades climáticas, materiais e culturais da região. Nesse sentido, e mesmo reconhecendo a possibilidade de outras propostas modernas alinhadas à realidade local, tais projetos, bem como a produção de Costa, possibilitaram alternativas à interlocução entre o moderno e o regional, sem qualquer redução a um regionalismo de caráter folclórico ou nostálgico.

Por sinal, compreender o diálogo entre a arquitetura moderna e a condição regional no Brasil, a partir de questões apontadas por Lucio Costa, é condição indispensável para aceitar a afinidade entre essas

pautas; pois a partir de seus escritos é justificada a aceitação do moderno, construindo-se um passado que admitia a arquitetura e o urbanismo modernos, sendo importante para este intento a reinterpretação do legado da arquitetura colonial brasileira.

Para Lucio Costa, uma arquitetura regional autêntica "[...] tem as suas raízes na terra; é produto espontâneo das necessidades e conveniências da economia e do meio físico social e se desenvolve com tecnologia a um tempo incipiente e apurado, à feição da índole e do engenho de cada povo" (Costa, 1995, p. 451). Portanto, respeitar o regionalismo geográfico seria condição para uma arquitetura crítica, que se mostrasse apta a aceitar um intercâmbio entre valores locais e não-locais, estabelecendo um diálogo que é próprio da trajetória histórica da arquitetura brasileira e "[...] de suas origens coloniais portuguesas, perpassado por todo um repertório de valores, oriundos de diferentes culturas em diferentes épocas — tornando difícil assinalar as fronteiras entre o 'nacional' e o 'internacional'. O mesmo poderia ser dito, talvez, acerca dos limites entre os 'regionais' dentro do Brasil" (Segawa, 1997, p. 13). Esse esforço expunha a elaboração conceitual de uma arquitetura moderna brasileira, alicerçada na "[...]

busca de uma síntese entre o vernacular e o moderno; [...] articulação que visava imprimir um 'selo de brasilidade' à forma arquitetônica e ao homem, modernos e brasileiros" (Guerra Neto, 2010).

Diante dessas circunstâncias projetuais, a escolha de materiais e de sistemas construtivos resultou da análise das condições econômicas e construtivas locais, determinando a seleção e a aplicação da madeira em estruturas, pisos, forros, divisórias e esquadrias das construções, blocos cerâmicos e de concreto para paredes e telhas de fibrocimento para o revestimento de coberturas — no caso do concreto e do fibrocimento, embora apresentassem deficiências quanto ao isolamento térmico, traduziram-se em alternativas viáveis diante das circunstâncias que condicionaram alguns empreendimentos à época, notadamente as Vilas Serra Navio e Amazonas, no Amapá, e diversos projetos de autoria de Severiano Porto no Amazonas.

Confrontado com a realidade amazônica, Severiano Porto, por exemplo, observou os trabalhos desenvolvidos pelo amazônida (o pescador, o mateiro e o seringueiro), permitindo-lhe o conhecimento de aspectos autóctones relacionados aos materiais, às técnicas construtivas e ao clima, além de relações

culturais, econômicas e de produção. Tratou-se de um esforço criativo visando aprimorar o saber quanto às características locais mediante o domínio e a reinvenção de técnicas e materiais tradicionais, rejeitando qualquer redução ao folclórico. "Uma vez na Amazônia, Severiano Porto teve a sensibilidade de perceber que as condições extremas de clima e grandes distâncias demandavam outras respostas que não o receituário aplicado nas regiões mais prósperas e desenvolvidas do Brasil" (Bastos & Zein, 2010, p. 246).

Severiano estabeleceu com o projeto de arquitetura um paralelo entre posturas projetuais internacionais e nacionais, propondo um diálogo entre a revisão do moderno e a reinterpretação de valores vernaculares e regionais, como alternativa a posturas pós-modernas; propondo maior sensibilidade quanto à diversidade cultural existente. Nesse sentido, sua atitude projetual reconhecia padrões culturais e níveis de desenvolvimento diferenciados; assim como percorreu "[...] caminhos alternativos que não deixam de ser tributários da herança moderna" (Zein, 1986, p. 45).

Nessas experiências projetuais afloraram maneiras de projetar alternativas a formalismos estritos, envolvendo aspectos de ordem tecnológica, cultural e

também econômica. Uma atitude de reconhecimento e interpretação das características do sítio, possibilitando uma combinação entre o racional e o empírico, a tecnologia e o saber local, conciliando o moderno e o tradicional, o artifício e a natureza. Na apropriação de materiais autóctones e importados, segundo perspectivas contemporâneas, reitera-se a pesquisa, a construção de uma arquitetura com identidade e um consistente diálogo com proposições internacionais; sem limitar-se à reprodução de modismos ou destituída de avaliação quanto à pertinência de padrões e modelos alheios às circunstâncias contextuais. Trata-se de não ser excludente quanto ao uso de sistemas industrializados em associação a técnicas tradicionais. Atitude moderna na maneira com que o arquiteto opera esse conjunto de referências e experiências, ajustando o novo ao existente e tirando partido do conhecimento construtivo local para aplicá-lo às novas condições, resultando numa arquitetura ao mesmo tempo moderna, regional e contemporânea.

Essas trajetórias, expressas em ideias e construção, estabeleceram soluções conscientes de projeto quanto ao diálogo entre técnicas construtivas tradicionais e contemporâneas e de ajustamento às

circunstâncias ambientais. Arquiteturas que atribuíram — seja de maneira especulativa como material — significado tanto à totalidade dos volumes compositivos como também aos detalhes, expondo clareza na organização espacial, na coerência estrutural e no raciocínio formal. Concepções projetuais que consideraram o conhecimento do material e sua manipulação técnica, como também das possibilidades de expressão do edifício e de ajustamento ao meio. Um pertinente diálogo entre a memória e o presente, entre a circunstância e a possibilidade de avanço no conhecimento.

Na arquitetura belenense, o principal expoente de reverberação dessas três trajetórias certamente foi Milton Monte (1928-2012; engenheiro formado em 1952 pela Escola de Engenharia do Pará; arquiteto formado em 1967 pela UFPA). Sua experiência profissional produziu alguns projetos que articularam conhecimento do meio físico e da tradição construtiva regional com avanços tecnológicos. A realização arquitetônica de Monte destacou-se no contexto paraense a partir da década de 1960, devido à produção de uma arquitetura de caráter regional, marcadamente em sua plástica volumétrica (SARQUIS, 2012). Interessado na observação do ambiente e conhecimento de suas especificidades, Monte manejou

o ofício de construtor articulado com questões de projeto relacionadas a um desenho moderno e inerentes ao contexto amazônico, tentando condicionar a implantação do edifício à observação dos períodos de insolação, à direção dos ventos, à incidência frequente das chuvas e ao controle da elevada umidade do ar e do solo.

Construída a partir da percepção quanto aos condicionantes climáticos locais e à tradição construtiva regional, a produção arquitetônica desse profissional remete a elementos e soluções vinculados ao repertório moderno. Desse modo, sua arquitetura se traduz em composições com destacada solução estrutural e autonomia formal conferida à cobertura. Trata-se de uma adaptação topológica quanto à aplicação de materiais construtivos (madeira, telha e tijolo cerâmicos) disponíveis na região e ao seu domínio pela mão-de-obra local, conformando forte legibilidade regional ao projeto. Nesse caso, é passível de interpretarmos como uma atitude não, exclusivamente, de subordinação e enquadramento projetual, mas de leitura do contexto e interpretação de suas especificidades.

Em inúmeros projetos residenciais, entre os quais o de sua residência (1966-1967) e de Elias Kalume (1977-1978), ambas na Ilha do Mosqueiro, distrito de

Belém, Milton Monte construiu o diálogo entre o moderno e o regional utilizando como suporte a ideia de uma morada amazônica — um posicionamento construtivo que remete a um *modus operandi* que reitera a tradição construtiva local, sem distanciar-se da imprescindível habitabilidade do espaço e das relações entre a cultura vernácula e os condicionantes físico-ambientais.

Nesta localidade, certamente um dos projetos mais destacados foi o do Pavilhão de Recreação do Interpass Club (1988-1989) [Fig. 04]. O projeto do salão de eventos expôs uma solução estritamente regional, na qual a expressiva estrutura do pavilhão fazia o módulo se destacar em relação aos demais blocos do complexo dispersos pelo terreno. A imponente cobertura e a ritmada estrutura treliçada, cuja excepcionalidade de desenho, com poucos apoios no piso e sem paredes de perímetro — com exceção do bloco na face posterior que acomodava palco, bastidores, camarins e banheiros, cujas paredes foram construídas com concreto armado e tijolos cerâmicos —, produziu uma planta semilivre, permitindo a permeabilidade que integrava interior e exterior, bem como garantindo uma leveza que se contrapunha ao peso do amplo telhado. Nesse pavilhão, a estrutura da cobertura em madeira tem identidade própria, não sendo apenas coroamento

da solução volumétrica e proteção do interior, mas a própria materialidade do projeto em sua expressão plástica, de maneira que a madeira é a expressão material desse intento, pois se expressa na superestrutura, nos revestimentos de cobertura (cavaco) e piso (tabuado).

Nesse sentido, a prática de projeto desse profissional remete a claras referências vinculadas à arquitetura amazônica e sua cultura construtiva, como a analogia que estabelece com as casas ribeirinhas (também conhecidas, localmente, como palafitas amazônicas) dispostas nas margens dos rios da região, quando eleva seu projeto do chão, protegendo-o da umidade do solo em função do controle provocado pela circulação de ar sob o piso; bem como as varandas e os pátios de fácil identificação com as casas coloniais e ecléticas relacionadas com a arquitetura portuguesa, acolhedores e imprescindíveis ambientes de transição entre o meio externo e o interior da habitação.

Outro aspecto comum em suas obras é o conhecimento e a aplicação de materiais regionais, cujas características físicas e mecânicas estão em conformidade com o clima amazônico, assim confirmado no uso de espécies de madeira de acordo com o fim, seja em estruturas e nas superfícies como em revestimentos da construção;

do tijolo cerâmico, por vezes com os furos deixados aparentes, como vedação e/ou recurso para permitir a circulação cruzada do ar; de amplas e acolhedoras coberturas revestidas com telha cerâmicas e constituídas por beirais em toda sua extensão, funcionando como proteção das fachadas e varandas diante das chuvas e do sol.

Na trajetória profissional de Milton Monte se reconhece uma forma pragmática de projetar, enquanto nele, alguém desprovido de preocupação quanto à comprovação científica ou sistematização de seus estudos acerca do clima local. Inclusive, este aspecto é uma lacuna na trajetória de pesquisador do arquiteto quanto às soluções construtivas adequadas ao ambiente natural e à cultura vernácula local — haja vista que o conhecimento acumulado como construtor tornou-se restrito a si próprio e limitado aos seus estagiários mais dedicados que, depois de se tornarem arquitetos, continuaram tributários de Monte na busca por uma arquitetura adaptada à região.

Nesse sentido, a arquitetura de Monte passou a ser reconhecida localmente pela identidade fortemente regional, seja na concepção como na execução, considerando para tal a aplicação de materiais apropriados ao clima e ao domínio da mão-de-obra local; assumindo

os efeitos estéticos e as propriedades físico-mecânicas próprias aos elementos construtivos. Sua obra, sendo moderna e contemporânea, se contrapõe à simples reprodução de outras arquiteturas e, por isso mesmo, assume o valor das referências como leitura para novas experiências construtivas. Estas devem ser avaliadas à luz da pertinência na adoção de técnicas e concepções espaciais modernas em sintonia com o fazer arquitetônico tradicional, quanto ao domínio de materiais locais e de suas características, bem como das peculiaridades inerentes ao clima.

Ao longo dos anos, houve o aperfeiçoamento de elementos e soluções criadas por Milton Monte, como o 'beiral quebrado' (também conhecido como 'quebra-sol/quebra-chuva'), além de elaboradas e esbeltas estruturas de coberturas a partir do emprego da madeira em tesouras, treliças, apoios, beirais e peças duplas. E embora as respostas desenvolvidas para distintos programas, desde o residencial, passando pelos usos esportivo e institucional, terem respeitado as circunstâncias específicas do sítio — notadamente relacionadas ao clima e aos materiais próprios da região —, o fato de não terem resultado numa teorização e documentação do conhecimento desenvolvido pelo próprio Monte contribuiu para

o pequeno número de publicações de sua obra em livros e revistas especializadas e para o limitado conhecimento de sua produção pelo restante do país.

Sua arquitetura foi capaz de expressar a condição socioambiental local, sem abdicar de características modernas no desenho do espaço. Dessa maneira, muitas de suas obras tornaram-se modernas por traduzirem aspectos regionais com uma consciência do fazer arquitetônico contemporâneo e atemporal; observando-se que sua aspiração regional não era doutrinária, mas uma decisão de projeto, resultado de uma interpretação da memória e das especificidades que o ambiente, e a cultura construtiva local, especialmente do indígena e do caboclo amazônico, permitiram enquanto lastro para a formação de sua gramática de projeto. Desta forma, sua arquitetura expunha, mais do que a de qualquer outro profissional belenense, uma aproximação e um diálogo entre a arquitetura moderna e a condição regional, tornando-se referência para a geração seguinte de profissionais, como José Raiol (nasc. 1948; arquiteto formado em 1973 pela UFPA), João Castro Filho (nasc. 1950; arquiteto formado em 1972 pela UFPA), Reinaldo Jansen (1948-2023; arquiteto formado em 1972 pela UFPA) e Aurélio Meira (nasc. 1951, arquiteto formado em 1978 pela UFPA).

Reverberações regionalistas: anos 1980

No início da década de 1980, o reconhecimento de uma produção arquitetônica resultante de preocupações ambientais relacionadas ao clima e da reinterpretação da arquitetura vernacular vinculada a questões materiais e históricas definidoras do lugar permitiu novas denominações a essas atitudes identificadas com a pauta regional: o regionalismo crítico e a modernidade apropriada. Ambas relacionadas à 'construção' de identidades nacionais em contraposição a posturas universalizantes que, de alguma maneira, suprimiam as características locais, uniformizando a paisagem.

O "regionalismo crítico" foi uma denominação adotada pelos arquitetos gregos Alexander Tzonis e Liane Lefaivre no artigo O traçado e o caminho (1981), também conhecido por The Grid in the Pathway e publicado originalmente em *Architecture in Greece*, n. 5, Atenas, 1981 (Frampton, 1997, p. 394). Esse texto abordava o regionalismo crítico praticado na Grécia, e adquiriu repercussão internacional por meio de escritos do crítico inglês Kenneth Frampton, entre os quais: Seis pontos por uma arquitetura de resistência (1983) e o capítulo "Regionalismo crítico: arquitetura moderna e

identidade cultural" (Frampton, 1997, p. 381-397), de seu livro *História crítica da arquitetura moderna* — que foi imediatamente ajustado à realidade latino-americana pelo crítico chileno Cristián Fernández Cox, sob o desígnio "modernidade apropriada", a partir do texto Nossa identidade submergida (1983).

No caso do regionalismo crítico, trata-se de uma discussão datada, cujo termo foi adotado entre 1970 e 1980 em referência a movimentos culturais de natureza local, regional e nacional que, a partir da identificação de 'escolas' ou grupos (sobretudo) de arquitetos, desenvolviam os projetos de acordo com a interpretação de características contextuais. Caracterizou-se como um esforço coletivo ou individual, cujo empenho estava relacionado à valorização da tradição construtiva de um lugar específico, ao mesmo tempo em que reinterpretava aportes culturais universais (Frampton, 1997, p. 382). Foram trajetórias profissionais comprometidas com a 'consciência da realidade' — prática possível a partir do 'conhecimento do lugar' para o qual a intervenção é proposta (Moneo, 2009, p. 185) —, identificada como subsídio projetual. O regionalismo crítico visava a construção de uma cultura arquitetônica resultante de conexões entre o regional e o globalizado, admitindo

a cultura regional não como algo dado e imutável, mas "[...] como algo que deve ser cultivado de forma autoconsciente" (Frampton, 1997, p. 382-396).

Na América Latina, a repercussão dos debates em torno do regionalismo crítico ocorreu por meio de discussões entre arquitetos, historiadores e críticos de arquitetura em publicações e eventos, destacando-se os Seminários de Arquitetura Latino-Americana (SAL) a partir dos anos 80. Nestes eventos, o diálogo entre seus participantes — profissionais ligados à produção arquitetônica contemporânea — contribuiu para a reflexão acerca da identidade na arquitetura continental, vinculada a aspectos contextuais e à compreensão da modernidade corrente (Bastos; Zein, 2010, p. 241-245).

Segundo Cristián Cox, a respeito da arquitetura latino-americana contemporânea, o projeto da modernidade não estaria superado, mas pendente, devendo-se construir uma arquitetura apoiada na realidade específica de cada contexto no tempo presente, sem ser nostálgico ou alienado, mas visando expressar uma modernidade identificada como apropriada (Cox, 1991, p. 127). Cox avaliava que uma modernidade apropriada deveria ser compreendida não como linguagem estilística, senão como uma atitude quanto ao fazer arquitetônico,

que partiria da interpretação dos condicionantes de uma realidade específica num momento determinado, bem como da revisão dos valores externos, derivados da produção corrente ou contemporânea, e da propriedade de sua eventual aplicação, em vista daquela proposição arquitetônica (Cox, 1990, p. 56-57).

Essa proposição sinalizava com a revisão do moderno e a interpretação do contexto, avaliando os objetos arquitetônicos enquanto contribuições fragmentárias na (re)construção das condições específicas do lugar. Tratava-se de uma modernidade que retomaria a relação entre arquitetura e realidade espacial, na qual as tecnologias e os materiais empregados seriam econômicos, disponíveis no lugar, e de uso frequente pela mão-de-obra local.

A proposta de modernidade apropriada sinalizada nos SAL encontrou repercussão em inúmeros países latino-americanos enquanto alternativa à sujeição a modelos europeus ou norte-americanos, alinhando-se ao desejo de muitos arquitetos envolvidos com essa discussão. Essa ideia de arquitetura foi absorvida por alguns profissionais em conformidade a propostas de viés regional, diante da possibilidade de enfrentamento de duas questões: transcender a mera reprodução de

procedimentos construtivos tradicionais; e reagir à assimilação acrítica de experiências identificadas com uma modernidade importada (Bastos; Zein, 2010, p. 245).

A ampliação dessas pautas contribuiu para o debate dos desafios e limites do regionalismo e da modernidade na arquitetura da América Latina, permitindo que no início dos anos 1980 houvesse certa abertura no sentido de se valorizar a produção arquitetônica sendo realizada neste continente. A partir daquele momento, alguns profissionais locais estabeleceram relações e construíram vínculos a partir de interesses comuns, relacionados ao desenvolvimento de teorias e à construção de obras; ambos vinculados à realidade mediata latino-americana, tomada segundo suas próprias características, conforme afetam a atividade humana em cada contexto, portanto, distinguindo-se de padrões ou modelos oriundos de países do Primeiro Mundo.

No Brasil, a ideia de uma modernidade apropriada teve receptividade em contextos com fortes características próprias, como na Amazônia — assim reconhecida pela crítica de arquitetura latino-americana — a partir da atuação de arquitetos locais. Contexto no qual a aplicação de técnicas construtivas e de materiais tradicionais permitiu uma imediata identificação com

essa postura projetual. Nessa senda, adquiriu repercussão a produção arquitetônica de Severiano Porto no Amazonas e Milton Monte no Pará, pelo evidente alinhamento observado por alguns críticos de arquitetura entre a atitude projetual destes arquitetos e as teorias e discussões acerca da valorização de uma arquitetura apropriada ao lugar.

Olhando para si: Belém

Em Belém, além de Milton Monte, um número reduzido de arquitetos debruçou-se sobre o assunto e alcançou certa repercussão no meio profissional, seja em eventos de arquitetura ou publicações especializadas. Assim, 'pavimentaram' suas experiências com elementos da cultura construtiva regional e referências a aspectos contextuais, desenvolvendo propostas relacionadas a características locais, sem reduzir-se a elas, por vezes, reinterpretando tipologias tradicionais e incorporando tecnologias externas ao contexto local, mas normalmente aplicando materiais regionais. Algo que se coaduna com a perspectiva de que "a busca de uma modernidade apropriada na arquitetura não é facilitada ou impedida por esta ou aquela situação geográfica e muito menos

pelo privilégio a (ou preconceito contra) este ou aquele material, ou tecnologia, ou programa etc." (Bastos; Zein, 2010, p. 245).

Além dessas experiências profissionais, a década de 1980 promoveu práticas projetuais acadêmicas baseadas na compreensão de especificidades ambientais da Região Amazônica — dispondo de informações científicas e instrumentos técnicos apropriados para tais circunstâncias —, adotadas enquanto diretriz de projeto, seja mediante a observação de projetos de outros estados adaptados ao clima e à tradição construtiva local, como por meio da inclusão da disciplina "Conforto Ambiental" na grade regular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA em Belém, sob a coordenação de Cicerino Cabral (nasc. 1938; arquiteto formado em 1970 pela UFPA).

Cabral foi precursor dos estudos acadêmicos na área de conforto em Belém, contribuindo decisivamente para a resolução da lacuna deste conhecimento no campo disciplinar. Especialista em Controle do Ambiente em Arquitetura pela Universidade de Brasília (UnB) desde 1983, realizou estudos acerca da relação entre o clima e a morfologia urbana da cidade, sistematizando dados e concluindo que os arquitetos locais não se dedicavam a

fazer uma arquitetura contemporânea adaptada climaticamente à região, amparada em parâmetros técnicos e científicos, que apontassem para uma estabilidade climática (baixa amplitude térmica, temperaturas médias de 25 °C, ventos moderados, eventos climáticos de baixa intensidade). Conforme o arquiteto, essas percepções consolidaram a ideia de que a legislação urbana era frágil na exigência de condições de desempenho pelos espaços urbanos e edificados. Em face dos interesses imobiliários, isso contribuiu para que prevalecesse o super adensamento construtivo em detrimento da ventilação, condição essencial nos climas úmidos[2].

No campo profissional, Cabral prestou assessoria técnica a diversos projetos na área de conforto ambiental, como o do Campus II da Universidade do Estado do Pará (UEPA) (1985-1988) [Fig. 05], no qual a percepção de características ambientais como ventilação e insolação foi determinante para a implantação dos edifícios no campus, bem como a seleção dos materiais e sistemas estruturais. Nesse projeto, de autoria de Cláudio Cativo (1946-2022; arquiteto formado em 1970 pelo UFPA), a distribuição dispersa de blocos educacionais,

2 Conforme entrevista com o arquiteto em 20 de junho de 2011.

administrativos e esportivos está baseada num partido arquitetônico de ajustamento ao clima e à racionalidade construtiva, sendo resultado do diálogo entre técnica de projeto, métodos de construção modernos e conforto ambiental na orientação, concepção tipológica e implantação dos edifícios. As edificações estão dispostas de maneira livre, conectadas por passarelas entre os pavilhões, erguidos em estrutura de concreto com cobertura em revestimento cerâmico, de maneira que o ar circule livremente pelo interior das construções e por entre elas, pois além de contarem com algumas paredes com tijolos cerâmicos vazados, apresentam também varandas e esquadrias de vãos com venezianas em madeira nas faces das salas de aula voltadas para as circulações principais.

Em sua atividade docente — iniciada em 1971 e da qual se aposentou em 1994 — desenvolveu pesquisas relacionadas às condições térmicas na cidade, a partir de dados relativos à temperatura, umidade do ar, direção e velocidade dos ventos. Tais informações se tornaram objeto de sua dissertação de mestrado, denominada *Clima e morfologia urbana em Belém* (1993), quando comprovou cientificamente a relação entre clima e morfologia no quadro urbano. Este estudo resultou da interpretação

científica dos condicionantes climáticos incidentes sobre a cidade e suas consequências no conforto ambiental de espaços abertos e construídos de Belém.

Nesse período dos anos 1980, a leitura que se fazia de uma arquitetura regional em Belém continuava bastante identificada com projetos nos quais eram utilizados materiais tradicionais como a madeira e a cerâmica; aplicadas estruturas (especialmente) em madeira, segundo técnicas tradicionais e com ênfase à valorização formal; desenvolvidas amplas coberturas destinadas à proteção contra a radiação solar e as chuvas constantes; e adotados recursos construtivos que favoreciam a circulação interna do ar, como persianas e brises. Era uma arquitetura apoiada no conhecimento das especificidades do sítio na tentativa de reinterpretá-lo, expondo certo engajamento quanto à valorização da ideia de regionalismo.

O controle do clima, por sinal, passou a ser identificado como premissa para uma arquitetura entendida como regional, assim compreendida por profissionais locais devido a estudos que abordavam a relação entre clima, cultura e arquitetura. Pesquisas que investigavam arquiteturas adaptadas ao contexto em função de especificidades climáticas, disponibilidade de materiais,

aplicação de técnicas tradicionais e domínio do processo construtivo pela mão de obra local. Essas investigações procuravam aplicar procedimentos técnico-científicos para avaliar a relação do projeto com o sítio, considerando a implantação, orientação e forma do edifício, bem como a maneira de controlar a radiação solar, as chuvas e os ventos, aspectos fundamentais para o desempenho térmico da construção.

Na Amazônia, localizada nos trópicos ensolarados, o importante é que a arquitetura imite uma grande e frondosa árvore, ou seja, que proteja do sol proporcionando a sombra, ao mesmo tempo em que permite a circulação livre do vento. Na região, ficar embaixo de uma árvore, a qualquer hora, é sempre confortável. [...] uma tentativa de compreender e se apropriar das mil facetas dessa paisagem cultural e natural, numa tentativa de lucidez arquitetural que cada vez mais se aprimore no meio tropicamazônico: um ambiente, habitat traduzindo suas verdades ecológicas numa autêntica integração ao elemento do meio físico (Castro Filho, 1989, p. 107).

Em consonância às discussões latino-americanas a respeito do regional que permearam a crítica arquitetônica no início da década de 1980, o arquiteto João

Castro Filho desenvolveu sua pesquisa de mestrado acerca dos condicionantes climáticos e construtivos da região amazônica, denominado *Estudos sobre exemplos de arquitetura tropical, erudita e suas adequações à Amazônia brasileira no último decênio* (1984), na qual foi realizada sistematização técnica de tais dados, relacionando-os às especificidades contextuais da Amazônia e utilizando como estudo de caso o programa residencial.

Nessa pesquisa, foram analisadas as características construtivas e ambientais que deveriam ser observadas para a adequação dos edifícios ao clima amazônico. Foram desenvolvidos estudos acerca dos condicionantes climáticos das cidades (ambiências) de Belém/PA, Tucuruí/PA, Manaus/AM, Boa Vista/RR, Macapá/AP, Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, das propriedades termofísicas dos materiais empregados na construção civil da região e da avaliação de seu uso, bem como o estudo de alguns projetos residenciais construídos nessas cidades desde os anos 1970, avaliando o nível de conforto térmico das construções em função da adequação ao clima de cada local.

O emprego dessa metodologia demonstrou o interesse de Castro em identificar e organizar informações que contribuíssem para a viabilização de uma arquitetura adaptada à região, resultando na sistematização desse

conhecimento por meio da elaboração de climogramas (gráficos de determinação dos setores da casa em função das características climáticas de cada orientação cardeal), e na indicação dos requisitos ambientais (incidência do sol, dos ventos e das chuvas) determinantes na concepção do projeto de uma habitação unifamiliar, devido às suas implicações no nível de conforto e no custo da construção.

O conhecimento científico do clima e dos materiais construtivos amazônicos pode ser avaliado como uma leitura sistemática do contexto físico e repercussão dos debates sobre a construção de uma identidade cultural e arquitetônica latino-americana. Nesse sentido, foi possível reconhecer na produção arquitetônica amazônica a contínua reinvenção de experiências tradicionais em soluções adaptadas ao presente, conforme se atesta na relação com a maloca indígena, enquanto referência ao telhado com aba de contorno para proteção, bem como com a tradicional casa ribeirinha (ou palafita amazônica), com divisão interna extremamente simples e compacta (sala, quarto e cozinha; o banheiro é instalado fora da casa), além do piso elevado por estrutura de madeira sobre as margens de rios ou em igapós para controle da umidade e proteção das cheias fluviais, ou ainda quanto à aplicação de materiais locais, como a madeira

em estruturas e recobrimento dos telhados (neste caso, o cavaco), fibras vegetais na cobertura (como a palha), blocos cerâmicos vedando total ou parcialmente paredes (por meio de cobogós ou tijolos vazados).

Esses estudos subsidiaram projetos, tornaram-se construções. Uma das mais destacadas foi a Casa na Árvore (1995-1996) [Fig. 06], localizada na praia do Caripi, em Barcarena, município contíguo à Belém, integrante do Samaúma Park Hotel — sendo o principal módulo deste complexo hoteleiro. Trata-se de construção que abrange duas unidades habitacionais de plantas simétricas e elevadas cerca de 8m do chão. A solução construtiva adotada valoriza a madeira como elemento plástico e estrutural. É uma arquitetura que dialoga com a paisagem natural circundante, mimetizando-se com ela, na medida que incorpora duas árvores de porte elevado em dois vazios contidos no edifício. Essa solução foi possível mediante a disposição de 8 apoios constituídos de quatro pilares de 15cm x 15cm cada, cujo vazio formado serve para abrigar as prumadas das instalações; a partir destes apoios, 16 mãos de força que suportam o piso suspenso e habitável do edifício, e no centro de toda essa estrutura, a escada de acesso foi posicionada. O próprio corte da construção detém as impressões

legítimas que configuram sua concepção, exequibilidade e forma estrutural. Além das impressões plásticas, a condição climática desejada foi tornada possível devido à disposição do pavilhão sem obstáculos aos ventos dominantes, a iluminação natural, a insolação nos períodos adequados (pela manhã bem cedo e ao fim da tarde) e a proteção contra as chuvas por meio de generosos beirais em todo o perímetro da destacada cobertura cerâmica.

Assim, confirmava-se que a compreensão de parâmetros como o clima e a cultura construtiva, bem como de modelos tipológicos, era fundamental para uma concepção arquitetônica, ou urbanística, ajustada à realidade para a qual se projetava, buscando equilíbrio satisfatório entre o espaço construído e a natureza. Inclusive, é reconhecível nas conversas com arquitetos belenenses vinculados a essa pauta claras distinções quanto à dimensão das propostas de viés regional em Belém.

As contribuições de tais investigações, por meio da sistematização das informações sobre o clima regional e os materiais construtivos comumente aplicados na construção amazônica, ressoaram com mais intensidade a partir da criação, em Belém, de uma especialização na

área de conforto ambiental denominada "Arquitetura nos Trópicos", resultante de parceria entre o Curso de Arquitetura da UFPA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1985. O chefe do Departamento de Arquitetura da UFPA à época, o arquiteto Cicerino Cabral — que seguiu política da CAPES de investir em cursos *lato sensu*, tal como ocorrido no início dos anos 1980 na UnB, quando o próprio Cabral realizou a especialização "Controle do Ambiente em Arquitetura" — aproveitou a oportunidade e indicou os arquitetos José Raiol (então chefe da graduação em arquitetura da UFPA) e Castro para a tarefa de organizar a estrutura pedagógica do curso de especialização e coordená-lo.

A especialização da UFPA visava ampliar o debate acerca de uma "arquitetura amazônica" adaptada ao meio e sustentável, enquanto resultado da interpretação das características ambientais e culturais locais, alinhando-se aos debates à época que abordavam temas como a cultura do lugar, o regionalismo crítico, a modernidade apropriada e a sustentabilidade. Dessa maneira, almejava capacitar profissionais locais, arquitetos e docentes, por meio de uma atitude projetual contemporânea atenta à viabilidade construtiva e ao conforto ambiental e

ajustada aos condicionantes ambientais regionais. Foram determinantes nesse sentido:

- as discussões internacionais sobre regionalismo crítico e modernidade apropriada;
- projetos em que sobressaíam soluções construtivas com consciência ambiental e responsabilidade social;
- a realização do seminário *sobre* arquitetura bioclimática, ocorrido em São Paulo em 1983;
- a publicação do livro *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres* (1980) e sua exposição no Sul do país em 1984;
- aspectos regionais, vinculados a uma arquitetura dita "amazônica", exemplificada por edifícios projetados por Severiano Porto no Amazonas, Otacílio Teixeira em Roraima, e por Milton Monte, José Raiol e João Castro Filho, no Pará.

Com a constituição do corpo docente, o currículo da especialização foi estruturado em módulos[3], a duração

3 Teoria e história da arquitetura (Edgar A. Graeff), Técnicas de controle ambiental I (Márcio Villas Boas), Técnicas de controle ambiental II (Luiz Carlos Chichierchio), Tecnologia na arquitetura amazônica I (José Raiol), Tecnologia na arquitetura amazônica II (João Castro Filho), Arquitetura regional: arquitetura nos trópicos e a cidade nos trópicos (Severiano Porto), Processo de composição arquitetônica e campo da arquitetura

estimada em dezoito meses, o suporte teórico foram textos de referência relacionados com o estudo do clima e a adequação da construção a ele[4], e a metodologia abrangia aulas teóricas e práticas, palestras, visitas técnicas a projetos alinhados com o tema do curso, avaliação da arquitetura contemporânea e produção de monografias.

A única turma concluinte do curso formou-se em 1987, constituída de 30 profissionais, mas apenas 1/3 deles tornou-se docente nos cursos de arquitetura e urbanismo na UFPA e na Universidade da Amazônia (Unama), e somente dois profissionais, Bichara Lopes Gaby (nasc. 1948; arquiteto formado em 1972 pela UFPA) e Milton Monte, continuaram desenvolvendo projetos segundo pesquisas formais e funcionais vinculadas à ideia de consciência ambiental, com ênfase em materiais tradicionais (como a madeira, a telha e o tijolo cerâmicos).

(Edgar A. Graeff), Metodologia do projeto do edifício (Azael R. Camargo), Técnicas de ensino (Ilda Estela Amaral de Oliveira), Iniciação à pesquisa (Luiz Fernando S. Alencar).

4 Arquitetura social em países de clima quente (1948) de Richard Neutra; Clima e arquitetura (1953) de J. Aronin; Controle solar e dispositivos de sombreamento (1957) de Aladar e Victor Olgyay; Projetando com o clima (1963) de Victor Olgyay; Arquitetura sem arquitetos (1964) de Bernard Rudofsky; Casa, forma e cultura(1969) de Amos Rapaport; Manual de habitação tropical e construção (1974) de Otto Koenigsberger e outros; Arquitectura bioclimática (1980) de Alain Guyot e Jean-Louis Izard; Construindo com o povo (1980) de Hassan Fathy.

Milton Monte, por sua vez, teve destacada passagem pelo curso, seja discutindo alguns de seus projetos como estudos de caso, seja desenvolvendo sua monografia de conclusão, intitulada *Estudos e contribuições sobre modelos de projetos e edificações na Amazônia Equatorial* (1986), na qual foi identificada e relacionada uma série de princípios, procedimentos e empregos de materiais relativos à construção civil em Belém, tendo em vista identificar tipologias mais adequadas às especificidades climáticas da região.

O curso possibilitou ampliar a sistematização de dados relacionados ao conhecimento da realidade ambiental (especialmente climática), contribuindo para a consciência quanto às especificidades da região Amazônica, desde que investindo numa arquitetura apropriada à região sem enveredar pelo fácil caminho folclórico ou étnico. Entretanto, algumas dificuldades na trajetória desse curso, como a falta de conhecimento e compreensão da interdisciplinaridade na constituição da sua grade curricular, a existência de uma relação mais específica com o conforto ambiental do que com o conforto socioambiental, a ênfase excessiva na valorização dos materiais locais, assim como a carência de exemplos concretos, devido aos poucos experimentos

então existentes em Belém, capazes de constituírem objetos de estudo.

Esses episódios dificultaram a formação de uma consciência crítica pelos alunos do curso, persistindo certa dificuldade no que se refere à assimilação de um conhecimento mais amplo quanto à estrutura construtiva, capaz de explorar a aplicação de outras técnicas e materiais sem o reducionismo a uma cultura construtiva local. A isso se somou uma estrutura acadêmica fragmentada, com reduzidas atividades de experimentação científica na área tecnológica e um distanciamento ainda maior entre os profissionais da arquitetura e os da área tecnológica, quase sempre vinculados ao curso de engenharia civil.

A falta de docentes que dessem continuidade ao curso, ou mesmo participassem de discussões com o propósito de atualizar a questão regional, é justificada pela perda de espaço desta pauta na transição da década de 1980 à de 1990 perante questões de ordem pragmática, relacionadas à necessidade de controle de custos (o aumento do valor para a extração e o beneficiamento da madeira na Amazônia é um claro exemplo), à busca pela eficiência econômica, arquitetônica, urbanística e energética, pauta alinhada à ideia de 'sustentabilidade',

com o consequente esvaziamento das discussões sobre o regionalismo por parte de arquitetos e críticos, seja em âmbito internacional e nacional, como local.

Em Belém, a pouca produção arquitetônica vinculada à ideia de regionalismo, após a formação da primeira turma do curso de especialização, pode estar relacionada a resistência pela maioria dos ex-alunos em aceitar a arquitetura regional como único caminho para a viabilidade construtiva local, amparado apenas no estudo do clima e na aplicação de materiais e técnicas tradicionais, desvinculado do intercâmbio com tecnologias contemporâneas. Isso deriva de um posicionamento acadêmico, por vezes, limitado a um regionalismo mais tradicionalista, contribuindo para que a continuidade do curso fosse comprometida e para que os arquitetos locais não fossem seduzidos pela possibilidade de alinhamento a uma arquitetura restrita à discussão regional, passando a vê-la como questão superada.

Pluralismo na arquitetura: anos 90

A passagem dos anos 80 para os 90 ainda expunha algumas posturas projetuais regionais apoiadas na valorização exacerbada do local, com ênfase à

aplicação de materiais regionais e restrições de caráter ideológico a avanços tecnológicos contemporâneos. E apenas gradativamente, reconheceu-se uma produção arquitetônica híbrida, decorrente de consciência crítica quanto à sustentabilidade no projeto, à articulação com outros segmentos do conhecimento acadêmico e técnico, à incorporação de novas tecnologias e a uma visão mais ampla do conforto ambiental.

A globalização da década de 1990 reforçou a percepção de uma arquitetura plural: "[...] é difícil estabelecer orientações estilísticas ou formais que definam identidade ou uma 'brasilidade' que se diferencie de produções arquitetônicas ou urbanísticas na América Latina e no mundo" (Segre, 2004, p. 17). Desde então, a sensação de esvaziamento da pauta regionalista contribuiu para que algumas atitudes resultassem em projetos cujo partido estrutural e formal não se sustentasse exclusivamente na aplicação de materiais construtivos locais, abrindo espaço para o emprego de tecnologias e materiais contemporâneos, adotados em função das especificidades da realidade ambiental e representando uma atitude projetual que ia muito além do vernacular.

Essa mudança de atitude tem a ver com a percepção da realidade, numa permanente revisão da cultura

construtiva amazônica, associando novas tecnologias construtivas aos aspectos inerentes ao clima (insolação, chuvas frequentes, umidade elevada e ventilação), em vista de um controle da carga energética despendida no processo construtivo, visando oferecer adequadas condições de conforto ao usuário. Tratou-se de uma natural atualização das propostas regionalistas, lastreada pela incorporação de elementos do referencial moderno na arquitetura contemporânea, repercutindo na composição de uma 'nova' postura regional. Houve, então, um certo distanciamento dos elementos mais tradicionalistas, admitindo o hibridismo e a justaposição de elementos, vernaculares ou tecnológicos, locais ou importados, conforme as circunstâncias de cada projeto, justificadas pelo rigor na adequação aos condicionantes específicos de cada lugar, cultura, ambiente, programa e projeto.

Considerando a produção contemporânea brasileira do século XXI, constata-se uma maior liberdade na definição de materiais e formas, revendo-se a tradição moderna mundial na sua percepção ampliada, que parece mais diretamente afetada por cada solicitação: 'caráter' do programa, especificidades do local, exploração de materiais (Bastos; Zein, 2010, p. 380). Quanto à designação "contemporâneo", trata-se de uma

periodização usual, que sinaliza como situação contemporânea aquela que se inicia com o último quartel do século XX e se estende ao tempo presente, caracterizada por uma diversidade de posturas arquitetônicas resultantes da pluralidade corrente (Montaner, 2001). Nesse sentido, na produção desse período, convivem manifestações diversas, inclusive posturas projetuais normalmente associadas com o período precedente, identificado como sendo de hegemonia da arquitetura moderna. Assim, o moderno pode coexistir no momento contemporâneo.

Coadunando-se a esse panorama nacional, um aporte fundamental para projetos contemporâneos executados (principalmente) em Belém, e associado a pauta regional, refere-se a uma 'consciência da realidade', iniciada a partir do conhecimento do lugar (Moneo, 2009, p. 185), não enquanto problema, mas possibilidade. São soluções elaboradas segundo as realidades para as quais foram concebidas e cujos processos projetuais estavam atentos às preexistências ambientais (socioeconômicas, culturais e ambientais), assim como aos materiais e aos sistemas construtivos empregados e ao programa atendido.

Portanto, a compreensão de uma parcela da produção belenense contemporânea, composta por edifícios identificados com a realidade e a memória, alcança obras nas quais é possível reconhecer tentativas de conciliação entre a continuidade do moderno e a atualização do regionalismo, mediante a interpretação e o diálogo estabelecidos com o contexto local e sua história. De maneira que ambos não estão restritos a limites visíveis, mas em consonância com culturas diversas ampliadas pela globalização.

Nesse sentido, o próprio ensino de arquitetura na capital paraense — com o aumento considerável de cursos de graduação — possibilitou a afirmação da arquitetura moderna, assimilou novas pautas como a arquitetura digital, a sustentabilidade e a preservação do patrimônio histórico, bem como posturas identificadas com a ideia de regional, sem dissociar-se do pluralismo contemporâneo. Algumas alternativas projetuais representaram o desenvolvimento de uma arquitetura adequada ao meio, sem que isto significasse restrição a características étnicas ou preocupação estrita com o atendimento dos condicionantes climáticos, mas atualizando-se quanto aos aspectos de ordem construtiva,

cultural e socioeconômica local, sendo resultado de atitudes individuais.

Com as restrições impostas pela legislação ambiental brasileira quanto à comercialização da madeira, seu custo tornou-se elevado para o pequeno carpinteiro ou mesmo para o morador que trabalha na confecção de sua habitação. Em contrapartida, as facilidades para aquisição e reposição, e o custo por vezes bem menor de peças pré-moldadas em concreto, em fibra mineral e, inclusive, metálicas, têm favorecido a escolha destes em substituição a elementos tradicionais. Esse cenário reforça a leitura de que a busca por soluções de conforto adaptadas ao clima pode ocorrer por meio da aplicação de materiais tradicionais e/ou de novas tecnologias, desde que se alcance uma condição de conforto e de funcionalidade do espaço construído.

Avaliando essa condição, a arquitetura deve ser observada segundo sua inserção no sítio, partido estrutural, materiais empregados e soluções de conforto ambiental, e o regional deixaria de ser referenciado na aplicação restrita de elementos construtivos para reforçar a dimensão do desenho, desde a concepção do partido, passando pelo desenvolvimento do projeto e sua execução, até alcançar sua utilização. Assim sendo,

regional não significaria apenas condicionar-se a circunstâncias ambientais, notadamente climáticas, mas indicar resposta técnica, tipológica e de leitura do contexto.

Na contemporaneidade, soluções construtivas autóctones são plenamente toleráveis e passíveis de serem revisitadas sob novos materiais, como as aberturas para exaustão e a elevação da construção do solo onde a umidade elevada torna-se inconveniente à habitabilidade, permitindo que a moradia seja mais ventilada e arejada, numa apropriação das casas ribeirinhas. A disposição de beirais no contorno da construção, por vezes, quase 'tocando' o solo, em face da reduzida altura, conforme se atesta nas malocas indígenas; a correta implantação do edifício em função da orientação solar e da ventilação; e a seleção de materiais a partir de suas propriedades mecânicas e físicas (como a inércia, o peso e a plástica), no que exemplificamos com o tijolo cerâmico e a fibra vegetal (palha), que contribuem para melhorar a temperatura interna. Essas possibilidades traduzem-se em respostas ao contexto, soluções simples sem maneirismos, duráveis e confortáveis.

Assim sendo, apresentamos alguns projetos que exemplificam essa narrativa, decorrente da análise dos aspectos locais e da apropriação de características

da arquitetura contemporânea, construindo um diálogo projetual entre ambos, cujo resultado seja uma arquitetura adaptada ao contexto, de maneira que o projeto considere aspectos culturais, econômico, táteis e tectônicos de um espaço atemporal, mas também local.

O Parque Gráfico do Jornal O Liberal (1991-1996) [Fig. 07] — projetado por Aurélio Meira para atender numa única estrutura física todas as atividades relacionadas à produção de uma empresa de mídia impressa local — revela um partido arquitetônico desenvolvido em torno de uma malha estrutural regular, constituída por quatro linhas paralelas de pilares em concreto armado aparente, com altura média de 15m, dispostos equidistantes; a partir desta disposição se reconhece um eixo de composição por meio do qual se desenvolve a organização espacial do edifício. Esta articulação suaviza a sensação de peso provocada pelas dimensões do espaço, graças ao fuste delgado e nervurado dos pilares, garantindo plantas semilivres que possibilitaram flexibilidade ao layout interno. Incorporado ao desenho, técnicas tradicionais e modernas foram associadas, reinterpretando soluções construtivas adaptadas ao clima local, seja mediante uma ampla cobertura em estrutura espacial treliçada em alumínio com telhamento plano de zinco, que ao se colocar

autônoma das paredes externas, parece flutuar sobre a sólida construção, seja por meio dos fechamentos das paredes externas com tijolo cerâmico vazado.

Constituído como um dos principais equipamentos do Parque Naturalístico Mangal das Garças, o Restaurante Manjar das Garças/Memorial Amazônico da Navegação (1999-2005) [Fig. 08] — de autoria da equipe da Secretaria de Estado de Cultura (Secult) e sob a coordenação de Paulo Chaves (1945-2021; arquiteto formado em 1968 pela UFPA) — resulta de um alinhamento estético e espacial com o projeto paisagístico dessa reserva ambiental. Apresenta uma linguagem arquitetônica que relaciona aspectos regionais com referências modernas, destacando-se pela disposição elevada no sítio, que permite a visualização da paisagem do entorno, e pela aplicação de uma paleta de materiais habilmente manejados na construção, adequados ao clima e alinhados a tecnologias modernas como as porta-janelas em vidro laminado, tendo em vista a reinterpretação da tipologia da casa ribeirinha, evocando relações programadas entre cheios e vazios, opacidades e transparências. Esses atributos ilustram a dimensão contemporânea do projeto, em que se reconhece outras soluções vinculadas à cultura construtiva amazônica, como a generosa varanda perimetral

protegida do sol e das chuvas pelos beirais da cobertura; a valorização dos espaços sociais — salão de exposição, no Memorial, e salão de refeições, no Restaurante — a partir de plantas livres; e o sistema estrutural independente que garante à cobertura tornar-se autônoma.

No caso do Centro Social Santo Agostinho (2002-2003) [Fig. 09] — assinado pelo escritório M2P Arquitetura e Engenharia para abrigar serviços de saúde e capacitação técnica a comunidades do interior do Estado amparadas pela ordem religiosa responsável pelo equipamento —, tem-se um edifício que apresenta sistema estrutural independente e plantas semilivres cujas atividades do programa foram organizadas no centro dos pavimentos, apresentando circulações perimetrais, protegidas pelos brises metálicos dispostos nas fachadas laterais. Conjugados à estrutura, 4 torres em concreto armado foram dispostas aos pares nas fachadas principal e posterior, contendo circulações verticais e instalações hidrossanitárias. A cobertura em estrutura treliçada metálica curva e contínua contribui na proteção das faces laterais com seus generosos beirais, na sustentação dos tirantes que suportam os brises, os quais controlam a passagem da iluminação natural e das frequentes chuvas, permitindo a circulação cruzada

do ar pelo interior da construção. Tais soluções permitem a sensação de leveza, coadunando à sobreposição de pisos sem fechamentos laterais, parecendo 'flutuar' no terreno. Essa unidade projetual resultou no equilíbrio entre o peso da volumetria e a permeabilidade dos anteparos metálicos, uma relação de ambiguidade proposital, na qual a racionalidade construtiva e a porosidade das faces se justificaram enquanto diálogo com especificidades ambientais, sobretudo climáticas, resultando num amálgama consciente entre aspectos projetuais modernos e referências construtivas regionais.

Nesse mesmo cenário contemporâneo, destacamos também a participação de jovens profissionais que avançam sobre reducionismos estéticos vinculados a certo regionalismo tradicional, investigando novas tecnologias e soluções construtivas alinhadas a perspectivas adaptadas ao realismo econômico e climático do lugar. Nesse grupo, citamos Fernando Andrade (nasc. 1980, arquiteto formado em 2004 pela UFPA) e Márcia Forte (nasc. 1979, arquiteta formada em 2002 pela UFPE), que expressam uma inquietude geracional cujos projetos são amálgamas de tipologias e técnicas enquanto respostas a programas específicos. Nessa senda, destacamos o projeto de arquitetura da Residência Santos (2007) [Fig. 10]

que, vencedor do 8º Prêmio Jovens Arquitetos, trata-se de uma arquitetura de interpretação, cujo desenho é ferramenta para uma solução construtiva apropriada ao seu tempo, sendo tecnológica e ambiental, sem reducionismos regionalistas. Nesse sentido, seu sistema porticado metálico define a estrutura, sua planta livre abriga a espacialidade do programa e o invólucro em tela metálica perfurada constrói uma segunda pele para a casa, protegendo as superfícies mais extensas da radiação e revelando o sentido tecnológico da moradia.

Diante desses projetos, amostragens de um panorama plural, algumas percepções adquirem força, como a ideia de que a sustentabilidade projetual se coaduna com a percepção de uma arquitetura bioclimática, levando-nos a pensar o projeto do edifício em função das especificidades ambientais do sítio, resolvendo aspectos igualmente importantes de ordem construtiva, cultural e socioeconômica. Assim, o conforto ambiental pretendido para o edifício — abrangendo desde o conforto térmico e luminoso ao acústico — deve ser pensado em função de um conjunto de informações que não são redutíveis ao clima, mas admitem a necessária relação de todos os componentes de um projeto apropriado ao lugar para o qual é realizado, também alinhado a seu

tempo histórico, admitindo, assim, diálogos com elementos oriundos de outras culturas.

A atualização do regionalismo, que alguns dos projetos apresentados mais detidamente demonstram, resulta do momento histórico da arquitetura conforme o contexto globalizado, segundo o qual questões como 'assumir uma linguagem regional', 'construir uma identidade', 'definir um estilo', 'expressar um espírito nacional' não se colocam como pauta projetual e muito menos cabem nas discussões contemporâneas. A perspectiva sinalizada atende por outra demanda de temas que tem a ver com a mediação entre uma gramática de projeto (notadamente, nestes casos) de matriz moderna e sentido regional.

Nas construções cuja aparência possa expressar certo reducionismo a tipologias regionais, é necessária uma interpretação mais atenta do observador, pois para além da primeira impressão podem ser identificadas, mesmo em formas identificadas com o vernacular, soluções absolutamente contemporâneas em conformidade ao programa. Situação na qual a arquitetura moderna comparece crescentemente como referência do vocabulário projetual, sem que isto signifique reprodução de modelos ou imposição de normas estilísticas, mas

representa a "[...] absorção dos princípios que estavam por trás de soluções anteriores e de sua transformação de modo a atender a diferentes condições ou se adequar a novas intenções" (Curtis, 2008, p. 619).

Nesse panorama, a arquitetura moderna é caracterizada por correntes diferenciadas que continuaram sendo "[...] ampliadas, criticadas, maneirizadas, regionalizadas e até mesmo cruzadas com outras tradições" (Curtis, 2008, p. 619). Portanto, as obras aludem ao diálogo contemporâneo entre aspectos regionais e referências modernas, conformado por modos operativos aproximados, seja nas técnicas de projeto como nos métodos de construção. Respostas diferenciadas que aprimoram o discurso e a prática arquitetônica, possibilitando combinações que conferem ao projeto sintonia com as circunstâncias que qualificam o entorno.

Diante do exposto, o contemporâneo deve ser compreendido considerando-se a legitimidade de seu diálogo com as preexistências cujo "[...] legado do classicismo poderia ser interpretado como a busca da harmonia por procedimentos racionais" (Montaner, 2001, p. 62), com a herança moderna quanto à forma de projetar e com a própria condição contemporânea, que admite elementos estruturadores do fazer arquitetônico,

inerentes a uma boa arquitetura e a um projeto consistente, independentemente de filiações estilísticas.

Nessa direção, citamos no contexto internacional a arquitetura burkinês Francis Kéré (nasc. 1965, arquiteto formado em 2004 pela Universidade Técnica de Berlim), um dos nomes mais inovadores da arquitetura contemporânea neste século por desenvolver alternativas sustentáveis de baixo impacto ambiental e adaptação ao clima, além de custo acessível às comunidades a que se destinam. Sua inspiração profissional está relacionada ao seu lugar de origem, desprovido de recursos econômicos que se tornou fonte de criatividade para sua arquitetura social e inclusiva, a partir de projetos com repercussão social positiva [Fig. 11], como escolas, bibliotecas, centros de saúde e espaços públicos. Dessa forma, sua arquitetura híbrida resulta de processos construtivos que relacionam soluções contemporâneas para otimizar o uso de energia e água, reduzir resíduos e aproveitar a ventilação natural, com a aplicação de técnicas tradicionais, como o barro e a madeira.

Complementarmente, a interpretação mais aceita no momento presente acerca da arquitetura vernácula extrapola técnicas e materiais enquanto fenômeno — como aquele espaço habitado ou construído

intencionalmente. Trata-se de uma manifestação física intencional de determinado grupo, resultando em construções comuns a determinado tempo e sujeitos, pois os espaços edificados são indicadores de valores culturais comuns (Carter; Cromley, 2014). Sendo assim, uma arquitetura é vernácula quando supera as definições tradicionais baseadas no uso de materiais locais, representada numa tipologia construtiva que mais satisfaz as necessidades das pessoas de um lugar e são resultado de suas aspirações e desejos. Nessa ordem, "o significado de ´rigor arquitetônico´ na Amazônia tem a ver com a busca compulsiva pela adequação dos edifícios ao ambiente" [tradução nossa] (Segawa, 2005, p. 87).

A partir dessas reflexões, constata-se na produção arquitetônica contemporânea belenense projetos que reforçam o diálogo, a proximidade e o intercâmbio entre as pautas do moderno e do regional, sobretudo, atualizando a percepção e aplicação do termo "regional". Trata-se de resultados — como o Memorial dos Povos Negros (2004-2025) [Fig. 12], projetado por José Raiol — do amálgama consciente, definido por seus autores, entre aspectos técnicos e climáticos, de resgate e reinterpretação de tipologias amazônicas em conformidade com o programa e o sítio de implantação, não se tratando de

partido estritamente regional, mas de solução desenvolvida segundo o contexto. Projetos nos quais as soluções construtivas e plásticas ensaiam um diálogo entre estudos de conforto ambiental, formas espacialmente singulares na paisagem e tecnologias contemporâneas, resultando em alternativas plurais ao momento presente, com tributo às preocupações de ordem ambiental e apropriação da técnica a serviço da funcionalidade. Projeto, no sentido do pensar, que conferiu outra dimensão ao diálogo entre o moderno e o regional, legível nos materiais e técnicas construtivas, os quais definiram sua estrutura, forma e organização espacial.



Fig. 01: Park Hotel, arq. Lucio Costa.
Foto: Via Wisnik, 2001.



Fig. 02: Vila Serra do Navio, arq. Oswaldo Bratke.
Foto: Nelson Kon, s/d

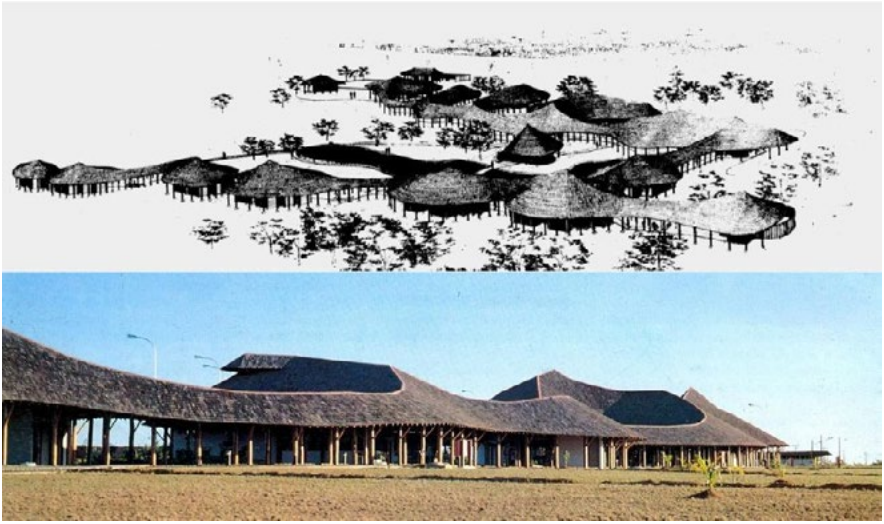


Fig. 03: Centro de Proteção Ambiental, arq. Severiano Porto.
Fonte: Acervo de Severiano Porto.



Fig. 04: Pavilhão de Recreação do Interpass Club, arq. Milton Monte.
Fonte: Acervo de Milton Monte.



Fig. 05: Campus II da UEPA, arq. Claudio Cativo.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2011.



Fig. 06: Casa na Árvore, arq. João Castro Filho.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2010.



Fig. 07: Parque Gráfico O Liberal, arq. Aurélio Meira.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2012.



Fig. 08: Restaurante Manjar, arq. Paulo Chaves.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2011.



Fig. 09: Centro Social Santo Agostinho, M2P Arquitetura e Engenharia.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2012.

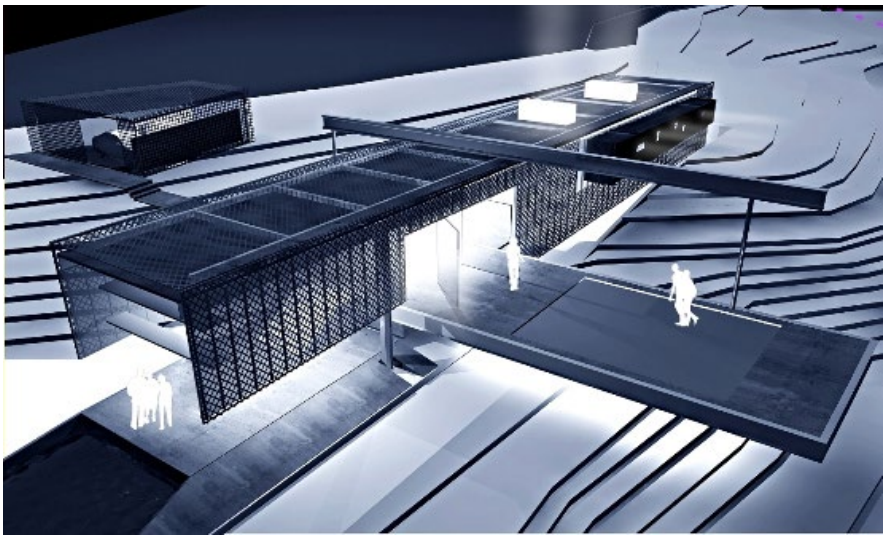


Fig. 10: Residência Santos, arq. Fernando Andrade e arq. Márcia Forte.
Fonte: Acervo de Fernando Andrade.



Fig. 11: Escola Primária, Gando, Burkina Faso, arq. Francis Kéré.
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/769182. Acesso em: 10 jul. 2025.



Fig. 12: Memorial dos Povos Negros, arq. José Raiol.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2026.

Giovanni Blanco Sarquis
Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UNAMA)
Técnico em Edificações (IFET)
Especialista em Paisagismo Tropical (UNAMA)
Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado (FUNDAJ)
Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/MACKENZIE)
Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAU/MACKENZIE)
Técnico em Arquitetura e pesquisador do Iphan desde 2006

Referências

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil**: arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. **Princípios de arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke**. 2000. 193 f. Doutorado em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARTER, Thomas & CROMLEY, Elizabeth Collins. **Invitation to Vernacular Architecture:** A guide to the study of Ordinary Buildings and Landscapes. The University of Tennessee Press, Knoxville, 2005.

CASTRO FILHO, João. **Retiro Tagaste**: uma arquitetura na Amazônia. Projeto, São Paulo, nº 120, abr. 1989.

CASTRO FILHO, João. **Estudo sobre exemplos de arquitetura tropical, erudita e suas adequações à Amazônia Brasileira no último decênio**. 1984. 284 f. Mestrado em Arquitetura - Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COX, Cristián Fernández. **Modernidade apropriada, revisada e reencantada**. Projeto, São Paulo, nº 146, out. 1991.

COX, Cristián Fernández. **Arquitectura y modernidad apropiada**: tres aproximaciones, un intento. Santiago: Ediciones Taller America, 1990.

CURTIS, William. **Arquitetura moderna desde 1900**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DOURADO, Guilherme & SEGAWA, Hugo. **Oswaldo Bratke**. São Paulo: 1997.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GUERRA NETO, Abílio. Viver na floresta. In: INSTITUTO TOMIE OHTAKE (org.). **Arquitetura brasileira**: viver na floresta. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2010.

NASCIMENTO, Cicerino Cabral de. **Clima e morfologia urbana em Belém**. 1993. 160 f. Mestrado em Desenho Urbano - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

MONEO, Rafael**. Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada**: arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTE, Milton. **Estudos e contribuições sobre modelos de projetos e edificações na Amazônia Equatorial**. 1987. 59 f. Especialização em Arquitetura nos Trópicos - Curso de Arquitetura, Universidade Federal do Pará, Belém.

NORBERG-SCHULZ, Cristian. **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona: Editorial Blume, 1975.

SARQUIS, Giovanni Blanco. **Diálogos contemporâneos na arquitetura belenense***:* 1979-2007. 2012. 347 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetctura latino-americana contemporánea**. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil**: 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1997.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura contemporânea brasileira**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.

ZEIN, Ruth Verde. **Um arquiteto brasileiro**: Severiano Mário Porto. Projeto, São Paulo, nº 83, jan. 1986.

CIDADE E ÁGUA: BELÉM DO PARÁ E ESTRATÉGIAS DE REAPROPRIAÇÃO DAS MARGENS FLUVIAIS

O município de Belém/PA passa atualmente por um processo de reconfiguração territorial em múltiplas frentes. Esse processo acontece ligado a estratégias, relativamente articuladas, de crescimento econômico e a discursos do poder público acerca da possibilidade de exploração de novos setores da economia e da dinamização e modernização de outros, já trabalhados na região há tempos. Em termos mais específicos, esta reconfiguração territorial diz respeito às recentes intervenções urbanísticas, ao planejamento ambiental e à modernização portuária que têm tido curso na região do estuário guajarino, em torno de Belém. Em todas estas frentes de atuação (que é sobretudo estatal, pública) podemos enfeixar um elemento aglutinador: a dimensão substantiva da água como fator locacional relevante, enquanto recurso natural e como poderoso elemento da paisagem cultural, econômica e, em última instância, do poder (Zukin, 2000).

Esta ideia da água como elemento importante tem suas razões. A estruturação da cidade de Belém/PA acabou reforçando esse aspecto, ao longo do tempo, por meio da constituição de uma zona portuária na cidade ou pela formação de uma economia que sempre utilizou o transporte fluvial em variadas formas (Penteado, 1973). Curiosamente, nos últimos tempos, surge uma série de

retóricas acerca da 'retomada' das águas na cidade e em seu entorno, inclusive com afirmativas intrigantes sobre a cidade ter crescido "de costas para o rio". Isto é contraditório se considerarmos a estruturação da cidade na história, mas é expressivo da construção simbólica, cultural, da ideia de quem deve de fato reocupar e retomar as margens fluviais da região de Belém. Ou de quais usos são considerados mais adequados para esse processo de uso e apropriação destas águas.

Há, na atualidade, uma discussão variada na sociedade local acerca do padrão de intervenção no espaço hoje qualificado como da orla fluvial da cidade. A própria ideia de que existe a necessidade de intervenção territorial é bastante elucidativa desse ponto; as elites locais e as instituições públicas vêm amadurecendo esse padrão de intervenção, dando-lhe os contornos, as diretrizes e as práticas, a partir das representações sobre o que deve ser esta figura da orla fluvial, inclusive.

Esta discussão, na realidade da cidade de Belém, tem suas razões históricas. A urbanização na Amazônia tem na rede hidrográfica um poderoso condicionante. Assim como o relevo exerceu notável influência sobre as estratégicas técnicas de assentamento em outras regiões, no Norte do Brasil a conformação de partes das

cidades seculares teve de lidar com a convivência com a água como fator relevante. No caso das populações pobres das cidades atuais, a lógica da ocupação periférica das áreas tidas como "residuais" ou de "expansão" (Mautner, 1999) para os interesses do mercado imobiliário resultou num tipo de ocupação precária que lida com a rede hidrográfica de forma semelhante aos assentamentos consolidados (e em crescimento permanente) das encostas de outras regiões. Em outras palavras, os leitos de rios, canais, córregos, igarapés e suas calhas, taludes e barrancos são espaços preferencialmente ocupados pela pobreza urbana, bem como os terrenos públicos e áreas de proteção ambiental em geral (Cardoso in: Arantes; Maricato; Vainer, 2000). Tal dado ajuda no entendimento da qualificação depreciativa do tipo vigente de ocupação precária e irregular que deve ser removido, por representar o dano ambiental, a degradação da paisagem, a ocupação desperdiçada de áreas de interesse paisagístico.

Além da remoção, devem ser providenciados novos projetos urbanísticos e ambientais que devolvam à cidade o seu caráter pretensamente "ribeirinho"; uma construção cultural que vem sendo lapidada pelo menos desde meados dos anos 1980, na época da elaboração do

Plano Diretor Urbano de 1993, pós-Constituição Federal de 1988. A questão social e habitacional, assim, é fundida ao debate sobre o ambiente urbano e atinge máximas curiosas acerca das variadas formas de degradação possíveis, desde a desestruturação do núcleo familiar até a paisagem natural, no curso das águas, na presença da vegetação. Algumas destas impressões podem ser comparadas, tratando de áreas diferentes da cidade, porém, com o elemento comum da presença das margens fluviais de Belém no entorno.

O processo de resgate da dignidade deve vir a acontecer, ao menos no plano operacional, por meio das intervenções territoriais e da mudança de uso do solo, o que é no mínimo intrigante. É importante notar, no conjunto dos discursos, o caráter de convergência que existe na qualificação essencialmente negativa, danosa, a respeito dos atuais ocupantes das áreas favelizadas nas margens do rio e da baía que compõem as margens fluviais de Belém/PA. Em que pese a óbvia carência infraestrutural e socioeconômica de áreas desse tipo em todo país, há que se notar o mecanismo de apreensão da realidade concreta, de abstração de suas particularidades, e a subsequente nomeação e enquadramento em categorias fundamentalmente marginais e, portanto,

indesejáveis a um espaço tão nobre. A isto se associam os novos paradigmas de intervenção presentes no campo da engenharia e do urbanismo, notoriamente preocupados em reconfigurar a paisagem natural da cidade (Mello, 2005) e dotá-la de um conjunto de atratividades ambientais e de amenidades, pretensamente resgatando a porção perdida de natureza que restara no espaço urbano. A própria concepção da Prefeitura Municipal de Belém, em seu projeto de urbanização e saneamento de área da bacia da Estrada Nova, região periférica e pobre do município, prevê uma abordagem mais "ambientalizada" do tratamento dos cursos d'água, da vegetação e das estratégias paisagísticas como forma de contenção de enchentes e regulação da linha d'água diante do regime de marés (Belém, 2006a). Isto é tido como avanço, uma vez que estaria superado o padrão de intervenção física e infra estrutural do período ditatorial (Idem), essencialmente racionalista, impermeabilizador do solo, baseado em obras de arte (pontes, bueiros, tampas e demais estruturas de obras de saneamento) de concreto e, em última instância, de impacto ambiental irracional e não sustentável.

Por outro lado, parte desse processo de discussão, prática e ação para a retomada das margens fluviais

da região de Belém/PA também encontra força na ideia de reocupação de sua área central. Assim, o patrimônio construído do centro da cidade, de notável valor fundiário e histórico-cultural, com acessibilidade excepcional na cidade e qualidade razoável de infraestrutura urbana disponível (Lima, 2000), torna-se área visada por alguns setores emergentes da economia, bem como por grupos de perfil de consumo específico. A qualidade diferenciada da porção central da cidade de Belém é aqui avaliada, diga-se, sempre em termos relativos; no contexto da disponibilidade e efetividade do acesso aos serviços públicos, urbanos, à infraestrutura e às características do ambiente urbano nas variadas regiões do município.

A discussão que abordamos, nesse momento, concentra-se em duas intervenções urbanísticas contemporâneas na cidade de Belém: o projeto Portal da Amazônia, da Prefeitura Municipal de Belém, e o Parque Naturalístico Mangal das Garças, concebido e executado pelo governo estadual, sob a égide de uma política cultural e um projeto de desenvolvimento particularmente estratégicos, buscando atratividades, diferenciais competitivos e a criação de lugares de forma a produzir o efeito do júbilo do espectador/visitante diante das novas intervenções territoriais.

O projeto Portal da Amazônia: projeto urbano, remoção e a concretização da orla desejável por todos

O projeto urbanístico e de saneamento ambiental que a Prefeitura Municipal de Belém pretendeu implementar — e que, em termos formais, teve seu início em dezembro de 2006 — na bacia hidrográfica da Estrada Nova chama-se Portal da Amazônia [Fig. 01/Fig. 02]. O tratamento típico do saneamento ambiental, contemplando as bacias hidrográficas como unidades territoriais de planejamento, é a tônica declarada da intervenção. No caso de Belém, onde o sítio físico apresenta percentual razoável (30%) de populações habitando suas planícies de inundação, segundo o Censo 2000 do IBGE, esse critério técnico é expressão da continuidade de uma política de saneamento de áreas de cotas baixas chamadas de "baixadas", que pode ser remontada aos anos 1970, desde iniciativas decorrentes do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA). Atualmente, o projeto Portal da Amazônia consiste num projeto urbanístico para a faixa das margens do Rio Guamá, desde as imediações do centro histórico até as proximidades do campus universitário da UFPA, num trajeto de cerca de 6 km de extensão (Belém, 2006b).

Por meio de um discurso da redenção do patrimônio natural, do potencial paisagístico e da possibilidade de um projeto de crescimento econômico decorrente do turismo é que se justifica a intervenção territorial da Prefeitura Municipal. O Portal da Amazônia, então, é mais uma iniciativa do poder público no sentido do soerguimento econômico típico do planejamento urbano nos marcos atuais do planejamento estratégico ou, como queiram alguns, dos contornos atuais de uma política urbana neoliberal.

De acordo com as informações do release do projeto, a concepção urbanística e infra-estrutural (sobretudo sanitária) do Portal da Amazônia prevê a construção de áreas de lazer e espaços de convivência diversos em sua extensão. Esse tipo de intervenção urbanística está totalmente de acordo com o curioso padrão convencionado para os espaços ditos de "orla", que têm sido executados na cidade desde a inauguração da Estação das Docas — um típico waterfront revitalizado na zona portuária da cidade —, em maio de 2000. A ideia de "orla", portanto, está materializada em espaços destinados às amenidades, ao lazer, ao consumo — visual, inclusive (Zukin in: Arantes, 2000) — e ao ideário de resgate do litoral, invenção cultural poderosa que

parece ter lugar certo nas políticas urbanas da cidade. A assimetria de poder econômico, sócio-político e a vigência de um padrão elitizado e específico de consumo (Zukin in: Arantes, 2000) está, portanto, presente; como em qualquer revitalização de outros locais, a previsão de "orla" para a cidade de Belém incorpora a natureza na paisagem. São criados, assim, espaços que integram a paisagem qualificada como "natural", da interface do território com a água, com os ícones de desenho urbano contemporâneo, denotando uma sociabilidade e um padrão de uso particulares, diferenciados, como é típico em projetos estratégicos do gênero (Vainer in: Arantes; Maricato; Vainer, 2000).

A presença da água na retórica do projeto Portal da Amazônia é expressiva no conteúdo das políticas de intervenção territorial em curso em Belém. O elemento da água é usado como justificativa e mote para a ideia de "resgate" da natureza na cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e potencialidade de desenvolvimento econômico. O tema da natureza na cidade não é propriamente novo; o aspecto interessante, aqui, é o da utilização das águas da cidade como recurso paisagístico, de forma semelhante àquelas intervenções atualmente praticadas em outros locais

— em projetos de revitalização, descanalização e recriação de rios urbanos; em parques lineares de toda ordem; na instalação de lagoas de estabilização ou parques paisagísticos ecológicos ligados a sistemas de drenagem; em intervenções urbanísticas que conferem ao espaço urbano os diferenciais competitivos necessários ao credenciamento no circuito de disputa por capitais entre cidades (Acselrad, 2001). A sustentabilidade no meio urbano, portanto, passa por estratégias de reconfiguração territorial (Acselrad, 2001) de cunho paisagístico e imagético, de aumento de eficiência dos fluxos, e por expedientes de capitalização sobre os patrimônios culturais e naturais, em geral, condensados num só conceito; quase sempre o de identidade, notável pelo seu efeito mobilizador.

O Parque Ambiental Mangal das Garças: natureza, cidade e "resgate" dos ecossistemas regionais

Outro aspecto do caso de Belém é o de intervenções que lidam com as águas da cidade numa abordagem mais estritamente ambiental. É parte da concepção patrimonial da sustentabilidade urbana (Acselrad, 2001) a promoção de uma abordagem econômica que se articule à fruição estética da cidade, de

alguma forma. Assim, a ideia de "natureza" que eventualmente possa existir na cidade (suas margens e vegetação fluviais, por exemplo, convertidas em 'orla') transita entre algo idealizado, próximo do bucólico e do refúgio, do santuário natural, chegando à concepção da paisagem enquanto espaço relativamente estático de contemplação e consumo visual. A ideia de "pureza" (Acselrad, 2001) natural em interstícios produzidos na cidade reviveria a porção de 'natureza' possível de ser artificialmente produzida, porém naturalmente assumida como parte de um 'meio ambiente urbano', com todas as contradições às quais um lugar projetado e uma cultura naturalizada teriam direito. Novamente, a acepção de sustentabilidade ligada a estratégias de mobilização, convencimento e o uso de uma ideia amorfa de "identidade cultural" é acionada.

Parte das intervenções praticadas há anos pelas gestões do governo estadual, o Mangal das Garças [Fig. 03/ Fig. 04] se difere das demais iniciativas justamente pelo seu formato mais próximo da retórica ambiental, seja no tratamento dos seus espaços ou, sobretudo, pela proposta de uso do parque. Curiosamente, o parque 'naturalístico' se propõe a uma síntese do ambiente e de ecossistemas da região, da sua mata, das suas águas e de algo de sua

fauna. Para sua criação foram aterrados alguns dos hectares necessários à consolidação do terreno, justamente na área de aningal propalada como típica das planícies da região. É interessante observar, no caso, a estruturação de um equipamento público de lazer, amenidades e consumo que tem o propósito de promover a natureza local a partir de suas águas, de sua fauna e flora; de suas imagens e representações também com certo grau de idealização e estilização, incluindo um Memorial Amazônico da Navegação, com artefatos antigos, embarcações artesanais e apetrechos de pesca.

O Mangal das Garças é, ainda, parte desse processo de retomada das águas na cidade de Belém. O parque, como dito, assumiu outra proposta de uso; não foi projetado como porto revitalizado, como espaço gastronômico (não estritamente, pelo menos), como complexo de museus e espaço de celebração ou espetacularização da história local, como foram outras intervenções também ligadas ao centro da cidade e, de algum modo, à sua orla fluvial. Nesse caso, o ambiente regional (ou uma ideia particular desta natureza do ambiente) é o eixo do raciocínio, da concepção e da operação de um espaço no qual a síntese do ambiente regional é um reflexo contemporâneo do exercício planejado,

idealizado, desejado e executado dos árcades europeus de outros tempos (Schama, 1996). Em outras palavras, o parque ambiental urbano apresenta-se como uma curiosa, contraditória e pitoresca recriação humana, embora pretensamente natural do ambiente. Assim:

> A diferença entre as tentativas dos botânicos renascentistas no sentido de encerrar o mundo num jardim e o paisagismo tropical imperial do século XIX consistia simplesmente na união entre placas de vidro e estruturas de ferro possibilitada pela indústria. [...] sugerindo que essa ilusão de um Éden tecnologicamente produzido poderia ir bem longe, em 1842 um arquiteto francês, especializado em estufas, incitou os paisagistas a imitarem "a exuberante desordem da floresta primitiva (Schama, 1996, p. 559-560).

Ao pensar a naturalização da paisagem regional, e a sua concomitante culturalização, por meio da atribuição de sentido, de ação e desejos da paisagem — onde o rio se volta contra a cidade —, as referências do contexto de reconfiguração territorial de Belém ficam mais variadas. A partir desse raciocínio, podemos entender melhor o enquadramento da manipulação dos signos, sentidos e a migração das representações

acerca da natureza e da cultura no caso em questão. E conclamada ao resgate de suas águas pelos citadinos, num dever cívico "estratégico" (Vainer, 2000).

A relação social e a atribuição de sentidos que esse mecanismo sintático promove, como a associação que se faz entre a característica não-humana e humana (Descola In: Descola; Pálsson, 1996), são dados importantes nesta análise; convertem o citadino em espécie nativa, bestializando-o e simultaneamente integrando-o à espécie. Noutra operação intelectual, discursiva e redundante numa prática política (a reconversão efetiva da paisagem e do espaço construído, já em curso), a cidade deseja e o rio toma; traga ou é abraçado e contemplado, reconciliado com a cidade. Para além de qualquer dicotomia estéril entre cultura-natureza (Descola in: Descola; Pálsson, 1996); na verdade, trata-se de uma sequência de complexas e irônicas modulações entre estas noções. O parque ambiental Mangal das Garças pode ser visto, então, como uma iniciativa do conjunto de ações técnicas, materiais e políticas sobre o território de Belém/PA, atribuindo sentido à paisagem culturalmente formada acerca da sua orla fluvial e incorporando os atributos gerados pela reapropriação de tais espaços da cidade.

Considerações finais

Como é próprio da política, aqui podemos ler no processo de reconfiguração territorial, de inflexão das identidades culturais engendradas na cidade e de disputa pelo território como agenciamentos operados por certo nomadismo, certa fluidez de sentido (Deleuze; Guattari, 44), de posição sempre relacional entre os agentes no campo social (Bourdieu, 1990). Esta modulação, ou migração, denota sempre algo das estratégias de posicionamento e as motivações; evidencia, também, os grupos que assumem algum destaque no fenômeno — no caso, a posição das elites locais e seu múltiplo e arraigado, e recente, desejo de litoral (Corbin, 1988) em primeiro lugar.

Por outro lado, desde o esquadrinhamento, o monitoramento e o consequente controle do próprio litoral a partir do conhecimento, da técnica (Delleuze; Guattari in: Delleuze; Guattari, 1997), podemos traçar uma linha de raciocínio que enfeixa as duas iniciativas comentadas neste texto a muitas outras medidas ora em curso na cidade de Belém/PA. Estas iniciativas, nem sempre materializadas em projetos urbanísticos, mas também condensadas em políticas urbanas, de

desenvolvimento econômico e no campo ambiental, conduzem a uma reafirmação da relevância da localização territorial às proximidades da água. Esta relevância, no entanto, se dá fora de qualquer perspectiva mais clássica, estritamente locacional. O caso de Belém/PA evidencia a maneira pela qual um núcleo urbano, historicamente estruturado em paralelo à rede hidrográfica, lida com a água enquanto fator ambiental, em todos os sentidos do termo. A água, aqui, não é tratada enquanto elemento físico-químico; é na verdade um condicionante de relações sócio territoriais, de práticas materiais e econômicas e de uma complexa estrutura prospectiva e representacional.

Nesse contexto, bem como em vários outros locais do mundo, a água é qualificada de várias formas; ora como recurso hídrico, recebendo os atributos do discurso da escassez e da necessidade de racionalização do uso; é também apontada como poderoso elemento paisagístico, e noutros momentos, é considerada como veículo dos fluxos da navegação, parte das logísticas modernas de transporte. O controle e o monitoramento do litoral e do mar de que Deleuze e Guattari (In: Delleuze; Guattari, 1997) falam, na verdade, transcende a técnica de triangulação, a criação das coordenadas

geográficas e o uso dos instrumentos de navegação e cartografia; diz respeito na verdade a um procedimento tipicamente moderno; a uma política, no sentido aberto do termo, de controle e apropriação da água, dos diferenciais do território em geral e de suas benesses decorrentes aqui reafirmadas.



Fig. 01: Portal da Amazônia.
Fonte: Agência Pará.



Fig. 02: Portal da Amazônia.
Fonte: Agência Pará.



Fig. 03: Parque Ambiental Mangal das Garças.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2011.



Fig. 04: Parque Ambiental Mangal das Garças.
Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2011.

Juliano Pamplona Ximenes
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA (1999)
Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ (2010)
Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA)

Referências

ACSELRAD, Henri. "Sentidos da sustentabilidade urbana". In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Coleção Espaços do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 27-55.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Portal da Amazônia. Urbanização da bacia da Estrada Nova e orla do Rio Guamá**. Belém, Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Urbanismo, dez. 2006a. 67 f. Roteiro de apresentação e discussão de audiência pública na Universidade Federal do Pará [Textos, imagens, gráficos eletrônicos]. CD-ROM.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Versão oficial Portal da Amazônia**. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Saneamento; Gabinete do Prefeito Municipal, 29 mar. 2006b. 5 f. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br> . Acesso em: 10 nov. 2006.

BOURDIEU, Pierre. "Espaço social e poder simbólico". In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 188-206.

CARDOSO, Adauto Lucio. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. Cadernos IPPUR, ano XVII, n. 1, jan/jul 2003, p. 35-50; MARICATO, Ermínia. "As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil". In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. "Tratado de nomadologia: a máquina de guerra". In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. São Paulo: ed. 34, 1997, p. 11-110.

DESCOLA, Philippe. "Constructing natures: symbolic ecology and social practice". In: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gisli (eds.) **Nature and society. Anthropological perspectives**. Londres: Routlege, 1996, p. 82-102.

LIMA, José Júlio Ferreira. **Regulatory instruments and urban form**: searching for social equity in Belém, Brazil. Tese de Doutorado em Arquitetura – School of Architecture, Oxford Brookes University, Oxford, 2000.

MAUTNER, Yvonne. "A periferia como fronteira de expansão do capital". In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 245-259.

MELLO, Sandra Soares de. Gestão ambiental urbana dos espaços de margens de cursos d'água. In: TÂNGARI, Vera Regina; SCHLEE, Mônica Bahia; ANDRADE, Rubens de (orgs.). **Anais do I Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades**: Águas Urbanas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005, CD-ROM.

PENTEADO, Antonio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém: Ed. UFPA, 1973.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VAINER, Carlos. "Pátria, empresa e mercadoria; notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103.

ZUKIN, Sharon. Landscapes of power: from Detroit to Disneyworld. Berkeley, University of California Press, 1991.

ZUKIN, Sharon. "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder". In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 80-103.

DESAFIOS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA: O CASO DE AFUÁ (PA)

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na qual buscou-se trabalhar com a temática da identificação e valoração de conjuntos urbanos de interesse à preservação, tendo como objeto empírico a sede do município de Afuá no estado do Pará, cidade localizada no arquipélago do Marajó, na foz do rio Amazonas, fazendo fronteira com o estado do Amapá que, por ser erguida em palafitas e estivas sobre áreas alagadas, é conhecida como a "Veneza Marajoara". Por ser dotada de características distintas dos sítios já protegidos no Pará e representativa de universo bastante expressivo tanto no estado como na região amazônica, Afuá possibilitou novas reflexões sobre bens passíveis de valoração enquanto patrimônio cultural representativo do processo de ocupação do território brasileiro.

Em uma primeira aproximação à problemática é necessário avaliar os instrumentos há muito adotados na valoração e proteção de conjuntos monumentais das metrópoles na Amazônia, tais como o tombamento, a partir de sua aplicabilidade na preservação de sítios de

cidades ribeirinhas. Como inquietação inicial, entende-se que a proteção de conjuntos em pequenas cidades e vilas na Amazônia deve ser pautada nas peculiaridades relativas à gênese desses assentamentos humanos e da consolidação da ocupação da região e seus inúmeros ciclos econômicos, que têm induzido certos aspectos do processo de urbanização. Ou seja, é preciso pensar em um estudo da situação urbana, e aí estão incluídos os conjuntos protegidos:

> [...] deve ser voltado ao entendimento da realidade em transformação na região, onde uma nova ordem provinda de uma reinvenção do campo e, consequentemente, do urbano na Amazônia tem promovido uma reorganização urbana que não demonstra correspondência entre as transformações espaciais e a cultura da região (Cardoso & Lima, 2006, p. 56).

As inúmeras sobreposições de tempos que configuraram as diversas paisagens na Amazônia, associadas às políticas desenvolvimentistas de modernização forçada, implementadas a partir da década de 1960, têm alterado as relações entre as grandes e pequenas cidades e, consequentemente, modificado como a população

se apropria do legado edificado. Essas alterações são de ordem econômica, simbólica, e representam a maneira como os habitantes apreendem o lugar onde vivem, suas expectativas e como as objetivam na produção urbana e no modo de vida.

Vale destacar que as cidades ribeirinhas na Amazônia, tais como Afuá, têm passado a assumir outro papel além de produtoras de insumos como o de espaço para trocas de produtos extraídos da floresta e aqueles importados dos grandes centros. Esse novo cenário também tem influenciado o processo de construção dos saberes que norteiam as práticas de produção espacial dos sujeitos nessas regiões. Um exemplo evidente é a substituição dos sistemas construtivos por métodos industriais de reprodução em larga escala hoje implantados, inclusive, nas políticas relacionadas à habitação indígena (Gallois, 2002). Essas questões, todavia, aparentemente não dialogam com um certo modo de vida que é dependente do acesso aos recursos e dos ciclos da natureza (Silva & Tavares, 2006).

Ao assumir a existência dos diferentes modos de fazer, não se pretende negar as dinâmicas sociais impulsionadas pelo advento de novas práticas de produção espacial. Ocorre que, a partir do discurso que

deslegitima práticas populares de produção do espaço habitado, tem-se justificada a necessidade de se forjar novos patrimônios mais adequados a uma linguagem estético-formal homogeneizada. Os artefatos e costumes locais passam a ser valorizados e explorados de maneira espetacular para satisfazer as demandas da indústria cultural (Arantes et al., 2000; Nobre, 2003), tornando-se ocos de significado para a vida cotidiana da comunidade senão como mais um recurso econômico. O espaço, ou a sua representação, passa a ser objeto de comercialização, competindo assim com as demais cidades na mesma condição.

Tendo como enfoque uma reflexão sobre os limites e possibilidades dos instrumentos de identificação, valoração e proteção de bens culturais para o espaço habitado ribeirinho na Amazônia, questiono, por fim, como o instrumento adotado institucionalmente para proteção do legado edificado se aplica à valoração de assentamentos humanos não-consagrados. Desse modo, busca-se problematizar o tombamento enquanto instrumento institucional do estado, tomando a cidade de Afuá como *locus* investigativo.

Patrimônio Cultural não consagrado: sobre saberes não reificados

Preliminarmente, é válido considerar que os discursos do patrimônio cultural se constituem em uma categoria institucional, pois buscam "uma totalidade que pretendem representar, da qual pretendem ser a expressão autêntica" (Gonçalves, 2007, p. 141).

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida em que as transformam em "patrimônio". Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de "representação" que funda a memória e a identidade. [...] os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público (Gonçalves, 2007, p. 155).

Nesse sentido, os patrimônios culturais "são constituídos concomitantemente à formação dos Estados nacionais, que fazem uso dessas narrativas para

construir memórias, tradições e identidades" (Gonçalves, 2007, p. 148). Segundo Fonseca (2006, p. 85), "a proteção de bens culturais de excepcional valor histórico e artístico, em nome do interesse público, é prática social consolidada no Brasil há mais de cinquenta anos". No país, a institucionalização da prática, pelo poder público, segundo Chuva (2011), nasceu com o Estado Novo, cujas ideias de "nação" e "identidade nacional" compuseram também as políticas relacionadas à preservação do patrimônio cultural:

> O Estado brasileiro assumiu essa função que ficou exclusivamente a seu cargo até os anos 1970, quando outros órgãos do poder público começaram a surgir nos níveis estaduais e municipais, espelhados na legislação e nas práticas do SPHAN[1]. Hoje vemos uma ampliação significativa das atribuições dessas instituições de memória e preservação cultural e da própria noção de patrimônio, expandindo se para o universo das práticas culturais e aplicando medidas de salvaguarda visando a preservação de celebrações e festas, saberes e ofícios, formas e

1 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378/1937.

> expressão, lugares e tudo aquilo que se encaixa na categoria de patrimônio imaterial (Chuva, 2011, p. 5).

Um dos instrumentos de proteção adotados pelo Estado para adentrar nos fenômenos culturais no Brasil, há quase oitenta anos, tem sido o tombamento. Entretanto, este instrumento ainda não ampara a complexidade de manifestações espaciais que não sejam perenes ou que, por seu dinamismo, ainda são reproduzidas no cotidiano. Como destaca Fonseca (2003), isto se dá, sobretudo, em virtude de uma associação às ideias de conservação e de imutabilidade, que contrapõem à "noção de mudança ou transformação, centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo" (Fonseca, 2003, p. 66).

O tombamento é, em sua gênese, um ato administrativo atrelado a bens de natureza material ou artefatos tangíveis dotados de valor cultural que, por várias décadas, esteve adequado aos objetos cuja substância não é modificada constantemente, pois a preservação de bens dessa natureza, conforme leitura preliminar do entendimento trazido pelo Decreto-lei nº 25/1937, requer parâmetros mais clássicos aos campos teóricos da arquitetura, urbanismo e restauro voltados,

sobretudo, a certo desempenho e excepcionalidade estética ou histórica dos bens a preservar, não se coadunando, naquele tempo, a configurações espaciais transitórias tais como as habitações ribeirinhas de materiais construtivos mais efêmeros.

Segundo Fonseca (2006, p. 85), somente a partir de meados da década de 1970, os critérios adotados pelo Iphan foram reavaliados de modo a culminar em uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos — aos testemunhos da história "oficial" em que sobretudo as elites se reconhecem —, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira — índios, negros, imigrantes, as classes populares em geral.

Para Fonseca (2006, p. 86), a reorientação implementada durante esse período, absorveu a noção de "referência cultural" que, diferentemente da noção de patrimônio histórico e artístico, "remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado". Essa noção enfatiza que, apesar dos processos culturais serem apreendidos a partir de manifestações materiais, só se constituem como referências culturais "quando são

consideradas e valorizadas enquanto marca distintiva por sujeitos definidos".

As novas perspectivas acerca da proteção do patrimônio cultural no Brasil, culminaram na Constituição de 1988, na qual ampliou-se, institucional e legalmente, a noção de patrimônio cultural, sobretudo pela nova abordagem de cunho antropológico, descrita anteriormente, em que os objetos, assim como as práticas, são dotados também de uma dimensão imaterial cuja referência é formada por grupos diversos dentro do território que contribuíram para a formação do Brasil. Há, dessa maneira, uma ampliação da valoração de bens tangíveis para, naquele tempo, se reconhecer a existência de sujeitos que atribuem significados às coisas (Arantes, 2009). Essa noção se reflete ainda no entendimento de que o espaço habitado tem uma lógica social carregada de significações e não se caracteriza apenas como um cenário inócuo no qual as relações sociais se manifestam.

Mais do que preservar aspectos materiais ou artefatos, a experiência brasileira mais recente tem apontado para uma convergência de categorias e uma noção de preservação a partir do reconhecimento de processos, que podem ou não se objetivar materialmente. Exemplos

disso são a chancela de paisagem cultural (Portaria Iphan nº 127/2009), instrumento que amplia a possibilidade de proteção a partir da valorização de aspectos da interação humana com o ambiente natural; a flexibilização de critérios de preservação de bens tombados, sobretudo para áreas de entorno de conjuntos protegidos, nas quais geralmente ocorrem reproduções contemporâneas de bens imóveis pretéritos; e, ainda, tombamentos específicos de bens com matérias efêmeras e singelas, ou carregadas de representatividades a partir de uma cosmologia própria da prática que ali é realizada. Como exemplo, o tombamento de terreiros demonstra que, mais do que a matéria, o que se quer manter é o sentido da existência do lugar, em suas práticas e relações com o meio ou a memória de uma prática que caracteriza as transformações na lógica social.

Garcia (2012), em sua pesquisa sobre a valoração cultural para definição de zonas de interesse à preservação no bairro da Boa Vista em Recife (PE), apresenta a análise de espaços a partir da categoria de "lugar" presente no registro de bens de natureza imaterial (Decreto nº 3551/2000) como estratégia para indicar caminhos de como explicitar e espacializar a importância atribuída pela população, que é produtora das mais diversas

práticas de reconhecimento, identificação e valoração de bens culturais.

Outro exemplo, é o registro da cachoeira Iauaretê, em São Gabriel da Cachoeira (AM), que além de estar inserido num movimento de resgate cultural promovido pelas lideranças dos povos Tariano e Tukano, no Alto Rio Negro, também se constitui em um veículo de recuperação da espacialidade desses povos, uma vez que consolidam o que eles tomam como princípio do mundo, suas origens e suas referências culturais (Iphan, 2007; MELO, 2011).

Apesar dessas iniciativas, no Norte do Brasil ainda são observadas inúmeras oportunidades para aplicação das novas abordagens para a proteção do patrimônio cultural de natureza material. Atualmente, pouco mais de quarenta bens são tombados pelo Iphan e apenas um deles pode ser destacado como desvinculado de correntes teóricas/estilísticas/tipológicas clássicas da arquitetura, urbanismo e arqueologia: a casa de Chico Mendes, em Xapuri (AC). Isso demonstra, portanto, que a produção material do modo de vida ribeirinho pode constituir-se em um objeto de pesquisa rico para identificar o alcance dos instrumentos de valoração cultural adotados no Brasil.

Breve nota sobre cultura material e arquitetura vernacular

Conforme foi apresentado, os fenômenos culturais passíveis de reconhecimento enquanto categoria de "patrimônio cultural" existem para além do reconhecimento dos agentes do Estado. Entre esses fenômenos está inclusa a produção do espaço habitado, tanto na dimensão da objetivação de uma lógica social como também na prática social em si e na produção de artefatos — que existem, suprem demandas, são ressignificados e reconstruídos na dinâmica social.

Nesse contexto, a categoria "patrimônio cultural" também pode ser observada sob o prisma do campo disciplinar da "cultura material" que trata, segundo Carter e Cromley (2005), da "porção do ambiente físico que é propositalmente conformada pelos sujeitos, de acordo com preceitos estabelecidos culturalmente".

A partir de uma perspectiva boasiana, em que "quaisquer formas de vida social e cultural implicam necessariamente na consideração de objetos materiais" (Gonçalves, 2007, p. 15), não parece suficiente descrever

os objetos — ou coisas[2], neste caso arquitetônico — nos termos de suas formas, técnicas construtivas ou materiais, sem compreender, minimamente, seus usos, além de "qual é o seu significado para as pessoas" (Gonçalves, 2007, p. 18) e em como implicam nas relações sociais.

Nessa perspectiva, entende-se a arquitetura vernacular para além de técnicas ou materiais enquanto fenômeno, como aquele espaço habitado ou construído intencionalmente, que é uma manifestação física, a objetivação da lógica social de determinado grupo, sendo, portanto, construções e artefatos comuns a determinado tempo e sujeitos, pois todos os objetos que nós vemos no dia a dia ao nosso redor são indicadores de nossos valores culturais (Carter & Cromley, 2005).

Nessa abordagem, "cultura" é imaterial, consiste em ideias, valores e crenças de uma sociedade ou grupo particular que estabelecem padrões, condutas de interação social (Carter & Cromley, 2005; Laraia, 1986) ou, ainda, conforme já havia sido apontado por Lévi-Strauss (2003, p. 19):

2 De acordo com Ingold (2012).

> Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, à frente dos quais situam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos esses sistemas visam a exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e, mais ainda, as relações que esses dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros.

O modo de vida ribeirinho: o urbano na Amazônia

Considerando o objeto empírico desta pesquisa, que se constitui em um modelo de assentamento com características específicas, desde a maneira como são estabelecidas as relações entre o meio ambiente e a produção e reprodução urbana até à sua gênese, cabe delimitar a que cidade ribeirinha nos referimos, sobretudo, em virtude do recorte territorial que se propõe no estudo em pauta — uma cidade da Amazônia marajoara.

É válido destacar que a categoria "Amazônia marajoara" é adotada aqui para delimitar geograficamente a cidade a ser estudada. Afuá é um dos dezesseis municípios que compõem o arquipélago do Marajó e que, tomando como referência a perspectiva adotada

por Simões (2014) e Pacheco (2009), sob a lógica dos sujeitos que ali habitam, representa alguns dos muitos olhares e lugares de fala das "Amazônias" ou "Marajós":

> O pluralizar de Marajó procura chamar a atenção do leitor à complexidade de realidades físicas, humanas, históricas e culturais existentes entre os municípios conformadores das regiões de campos e florestas. Essa perspectiva ainda questiona visões homogêneas e preconceituosas fabricadas pelos meios de comunicação, quando visualizam imagens de um Marajó desenhado tão somente por praias, búfalos e paisagens naturais ou por seu ilhamento físico e social (Pacheco, 2009, p. 438).

Sendo assim, a Amazônia à qual se refere neste artigo, é aquela representada por assentamentos humanos onde há um certo modo de habitar característico, no qual prevalece a interação com os rios. Comumente caracterizadas como "cidades ribeirinhas", aqui trataremos a respeito daqueles assentamentos nos quais há pouca terra firme, prevalecendo pontes e passarelas para conectar as suas partes, e, sobretudo, onde há uma domesticação do rio e da natureza no cotidiano dos sujeitos.

Apesar da aparente homogeneização de conceitos, o modo de vida ribeirinho não é estático ou

cristalizado. A identidade ribeirinha não existe naturalmente, mas é dinâmica e construída histórica e socialmente. Para Castro (2008, p. 26), as cidades da Amazônia são um "espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória". Apesar da densidade populacional ser muito menor do que no restante do país, observa-se um intenso processo de inserção regional e global dessas pequenas cidades, especialmente em virtude de seus ciclos de ocupação e expansão do capital.

Ainda segundo Castro (2008, p. 26), a urbanização da Amazônia configura-se em dois padrões principais de ocupação. O primeiro se refere ao período de intensificação da exploração da borracha que se dava "através dos rios com ocupação de seus vales". O segundo padrão de ocupação inicia-se a partir da década de 1960 com os programas governamentais "de expansão da fronteira agrícola associados às estruturas urbanas para onde se dirigiam os investimentos públicos" (Castro, 2008, p.26). Para Cruz (2008, p. 50), esses grandes projetos somados à inclusão de novas lógicas pautadas na injeção de rodovias que cortam o interior da Amazônia, concorreram para a caracterização de uma dinâmica que criou, de um

lado, "lugares onde predomina o tempo rápido", vinculados à modernização forçada do fluxo de capital e modo de vida urbano e, de outro, lugares de tempo lento, que mesmo mantendo um modo de vida tradicional, sofrem influências das novas formas de apropriação do espaço e de inserção regional nas novas redes de cidades, criando "impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, que conferem um caráter híbrido ao espaço" (Trindade Jr. & Tavares, 2008, p. 10).

Estes padrões tendem a caracterizar um embate entre a lógica econômica tradicional vinculada ao ritmo dos ciclos naturais e a modernização imposta pela expansão do capital. O espaço urbano na Amazônia traduz, dessa maneira, uma relação de contradição e conflito entre o capital e trabalho vinculados às relações estabelecidas entre o local e as "estruturas mais amplas de mercado e sociedade" (Castro, 2008, p. 33) que, por consequência, afetam a produção e a reprodução das cidades.

Segundo Trindade Jr. et al. (2008), sob o aspecto da forma, o traçado urbano nas cidades ribeirinhas é sempre limitado pelo rio, as ruas quase sempre terminam em um porto no entorno, do qual geralmente

o desenvolvimento comercial é intenso, bem como nas ruas mais próximas que constituem as "frentes" ou "beira-rios", onde há o fortalecimento de feiras e de mercados (Cardoso & Lima, 2006). A "beira" então estabelece um ponto de contato entre o rio, os fluxos de mercadorias e pessoas, e com o restante do assentamento, como destacam Trindade Jr. et al. (2008, p. 36):

> Nela e a partir dela [a beira] dispõe-se, de forma aparentemente caótica, um conjunto de objetos espaciais/geográficos, como armazéns, comércios, portos, feira, trapiches e barcos; estes últimos, de tipos, cores e tamanhos variados. [...] a presença dos carros não é muito frequente. Em vez deles, as bicicletas, os carrinhos de mão e carroças estabelecem um ir e vir constante, disputando a apropriação da rua com a presença marcante do pedestre.

Vale destacar que, apesar da inserção regional das cidades na Amazônia, a população ainda é dependente de inúmeros produtos da floresta transformados pelo trabalho (Castro, 2008), demonstrando que o modo de vida, portanto, está imbricado à natureza. Apesar disso, de acordo com Cruz (2008, p. 55), para além do determinismo natural na produção do espaço habitado

ou da localização geográfica, a identidade ribeirinha e a relevância do meio ambiente na sua construção "são sempre social e culturalmente construídas". São os processos histórico-culturais e socioespaciais que forjam o sentimento de pertencimento dessas populações, constituindo-se, portanto, em uma construção histórica.

Some-se a isso que, mesmo marcados por um tempo estacionário e lento, a identidade do modo de vida ribeirinho não deve ser compreendida como estática ou cristalizada (Cruz, 2008), ela é dinâmica e sobrepõe inúmeras formações históricas:

> [...] a identidade ribeirinha não é algo que existe naturalmente, mas é construção histórica e social que tem seu conteúdo redefinido e ressignificado pelas mudanças na história e na geografia da Amazônia, a partir das contradições e das relações de poder engendradas no movimento da sociedade (Cruz, 2008, p. 56).

Diante disso, é possível explicar a produção do espaço habitado ribeirinho — enquanto "natureza transformada", no termo de Santos (2008) — em certa medida e apenas inicialmente, pré-determinada pela forma e pelo propósito idealizado na sua gênese. As formas não

apenas funcionam, elas já nascem "prenhes de simbolismo, de representatividade, de uma intencionalidade destinados a impor a ideia de um conteúdo e de um valor que, em realidade, elas não têm" (Santos, 2009, p. 58). Para o autor, a realidade concreta está em processo de transformação, as formas evoluem na mesma medida em que as formações sociais se transformam. A forma, portanto, é alterada e renovada para dar lugar a uma outra, que atenda às novas demandas sociais.

> O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmo sua própria explicação. [...] a produção do espaço é o resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas variáveis (Santos, 2009, p. 58).

Nesse contexto, conforme apontam Trindade Jr. *et al.* (2008, p. 46), o modo de vida nas cidades ribeirinhas que, como citado anteriormente, geralmente são pequenas e pouco adensadas, "assumem, na atualidade, a condição de espaços de multiplicidades, de diferenças e de resistências". Com as mudanças nos modelos de produção de habitação, sobretudo na utilização de novos materiais industrializados e, ainda, nas

limitações da economia extrativista, com a inclusão de novos modelos de gestão ambiental, o turismo tem ascendido ao patamar de grande gerador de divisas como novas estratégias econômicas e o patrimônio cultural torna-se um recurso a mais para o enfrentamento da competição entre cidades (Cardoso & Nassar, 2003).

Este cenário impõe às cidades a tarefa de tornarem-se competitivas e atraentes para os segmentos da economia que estão, atualmente, em ascensão. Entretanto, sobre essa questão, Yázigi (1999) é cético sobre o papel do turismo na manutenção econômica das cidades, já que para ele de pouco adianta que o município entre na frente turística se não estiver combatendo adversários tais como, a pobreza e a degradação do território. Sobre isso, Trindade Júnior et al. (2008, p. 44) identificaram que projetos de resgate do rio para fins de lazer e turismo "têm levado a um processo de padronização e de estandardização das frentes das cidades". São, portanto, de espaços de renovação urbana que têm reduzido a dimensão do espaço público marcadamente presente nas cidades ribeirinhas.

O caso de Afuá

O município de Afuá está localizado na mesorregião do Marajó e microrregião dos Furos de Breves, limitando-se ao norte com o estado do Amapá e o município de Chaves, e ao sul, com os municípios de Anajás e Breves. De acordo com Neves & Miranda (2014), o município foi fundado no ano de 1869 e emancipado em 1890. Possui uma população estimada em 37.398 pessoas, em uma área territorial de 8.300 km² (IBGE, 2015).

A sede do município, que carrega o mesmo nome, é conhecida como "Veneza Marajoara", por ter sido consolidada inteiramente sobre uma área de várzea sujeita a alagamentos nos períodos de maré cheia [Fig. 01]. Isso ocasionou uma de suas peculiaridades, que é a adoção extensa de palafitas como habitação e estivas como meio de conexão entre as diversas porções da cidade.

O perímetro do núcleo urbano tem formato peninsular e é limitado pelos rios Afuá, Cajuuna e Marajozinho. Há dois bairros seccionados por uma pista de pouso de aeronaves, o que confere uma distinção morfológica às duas porções do conjunto urbano. O mais antigo, o bairro do Centro [Fig. 02], possui uma configuração da malha viária mais regular, com vias que se distribuem

perpendicularmente a partir do Rio Afuá até encontrarem os limites do campo de pouso. Os lotes nessa área comumente não possuem recuo frontal e são ricamente adornados e pintados.

Já no bairro mais recente, denominado Capim Marinho [Fig. 03], a ocupação se deu de maneira mais orgânica e as construções são distribuídas mais ao centro dos lotes, com afastamento frontal, o que demandou a inserção de pequenas passarelas dos pátios até as estivas--vias principais. A tipologia habitacional ribeirinha segue a feição de outras regiões rurais da Ilha do Marajó, com o predomínio do uso de madeira e sistema de coberturas com telhas de barro.

Desde 2004, o Iphan tem empreendido ações de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural no arquipélago do Marajó. O município de Afuá foi pesquisado no Inventário Nacional de Referência Culturais[3] no mesmo ano e, em 2009, foi um dos municípios partícipes

3 O INRC tem por objetivo identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira. De acordo com o Manual de aplicação (2000, p. 8), trata-se de um instrumento para identificação e documentação de bens culturais e, consequentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. Pode ser aplicado para a identificação de bens tanto de natureza imaterial como material, podendo resultar na indicação de Registros ou Tombamentos.

do Plano de Ação para Cidades Históricas – PACH[4]. De acordo com a síntese do INRC-Marajó, foram identificadas em Afuá várias referências culturais, entre elas, nove festividades de santos, quatro formas de expressão e duas celebrações, com destaque para o "Festival do Camarão", que "acontece desde 1982 e constitui um dos principais atrativos do município, mobilizando um grande número de visitantes dos municípios mais próximos e de algumas cidades mais distantes" (Iphan, 2005, p. 34).

Em relação aos modos de fazer, foram identificados artesanatos feitos em madeira talhada, talas e sementes e a produção de utensílios para uso doméstico, como peneiras, paneiros e abanos. Além disso, a carpintaria naval é bem desenvolvida no município. Isso pode estar relacionado à intensa relação com o rio, tanto como meio de acesso às cidades vizinhas, como também à prática da pesca, uma das bases da economia do município.

Sobre o patrimônio edificado, consta na ficha de identificação do INRC-Marajó (2005) que as principais edificações estão localizadas na sede do município. São

4 De acordo com Iphan (2009, p. 11), "o Plano de Ação para as Cidades Históricas é um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. O Plano não deve se restringir ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados. Deve considerar a dinâmica urbana no seu todo".

construções recentes, com cerca de cinquenta anos, que convivem em estilos e técnicas construtivas diversas. Na ficha é destacado o "Centro Folclórico e Comunitário Lagostão" [Fig. 04], fundado em 1970 e citado como local de grande referência, no qual ocorre a maioria das atividades culturais da sede do município.

Na pesquisa de campo, a primeira visita ao núcleo urbano do município ocorreu em agosto de 2015 no intuito de se ter uma aproximação com a dinâmica do cotidiano daquela cidade. Buscou-se mapear os contatos para possíveis entrevistas a partir daqueles citados nos produtos do INRC-Marajó, em reportagens e documentários veiculados pela mídia e outras indicações, constantes em pesquisas anteriores.

Nas entrevistas foi utilizado um roteiro simples, mas que pretendia que os entrevistados estabelecessem uma visão geral sobre o território, de modo que revelassem apreensões sobre o lugar e possíveis problemas percebidos. Foi-lhes questionado sobre os hábitos de morar, sobre lugares de referência, modos de fazer, sobre sua visão de "patrimônio cultural" e sobre o que consideram que deveria permanecer no cotidiano afuaense, desde práticas até bens materiais.

Ao sistematizar o material já coletado, observou-se alguns temas comuns que se relacionam à visão da cidade como estreitamente vinculada a uma velocidade mais lenta e estabelecida a partir dos ciclos naturais, sobretudo das marés. Por sua característica topográfica e hidrográfica, por estar encerrada nos limites de três rios, e estar, a cidade inteira, sobre área alagável, os residentes em Afuá lidam constantemente com o regime de cheias, conhecido localmente como "lançante", que ocorre nos meses de março e abril. Esta harmonia pode ser ilustrada no relato de um dos entrevistados, de noventa anos de idade e residente na cidade:

> Na lançante dentro da água grande...a água enche e vaza de novo...e entra aqui na/ vem às vezes em casa e pega perto da rua...volta de novo...e aqui não é como o rio no Amazonas que vai só tufando...aqui não ela enche vazou e escorre tudo... de verão se/ seca tudo e fica bonito de verão... muito vento. É muito vento... aqui não tem poluição.

As frequentes cheias [Fig. 05] são uma característica que confere à cidade seu popular título de

"Veneza Marajoara". Segundo seu Sarito[5], morador de Afuá, as estivas são as ruas da cidade e são tratadas nesses termos, "que por vezes fazem esquecer se tratarem de pontes" (Simões, 2014, p. 53). No bairro mais antigo, algumas das estivas ou passarelas de madeira foram substituídas por concreto, mas, ainda assim, não é permitido o tráfego de quaisquer veículos automotores na cidade. Esse fato não foi entrave para que os moradores da região adotassem inúmeras estratégias de locomoção, tanto utilizando os rios como as passarelas. Um desses casos é o "bicitáxi", criado por seu Sarito, composto pela união de duas bicicletas soldadas e adaptadas com volantes e bagageiros, emulando um veículo automotor.

Hoje chamado de "carro afuaense", o bicitáxi [Fig. 06] foi apropriado pelos moradores da cidade, que o recriam cotidianamente, atribuindo-lhe inúmeras funções: é ambulância (bicilância), é táxi, é o carro de passeio da família nos fins de tarde, é carro-som de propaganda, é o carro de se "exibir" entre os amigos, é veículo de evangelização das igrejas, é suporte de serviços de empresas, é carro de desfile.

5 Em entrevista concedida no dia 04 de agosto de 2015.

Por outro lado, de acordo com Neves e Miranda (2013), a inserção e intensificação dos meios de comunicação, além de inserirem novas dinâmicas de sociabilização, têm alterado também o perfil de ocupação da região, que com o rápido crescimento populacional dos últimos dez anos, também têm demonstrado o crescimento da violência na região. Segundo os entrevistados, esse crescimento populacional e de migração para a cidade tem ocasionado alterações também nas tipologias habitacionais.

Novos elementos tais como grades, portões e trancas nos acessos aos imóveis são comuns em outras médias e grandes cidades, mas ainda não estavam presentes no cotidiano dos antigos moradores, o que lhes têm causado estranhamento. Mesmo assim, esses novos aparatos são sempre ressignificados e adequados a uma certa linguagem estética própria ao lugar. A grade é transformada em uma trama geométrica de madeira e os portões são apenas um símbolo de delimitação de propriedade e do acesso à habitação.

As ocupações mais recentes e de referência para a comunidade, como no caso do Lagostão, são aquelas que buscam uma linguagem arquitetônica que se aproxima de certa visão vernacular de interação com o meio ambiente a partir do uso de técnicas e materiais locais.

Segundo Simões (2014, p. 54), no bairro do Centro, o mais antigo, se concentra a maior parte das construções de alvenaria. Entretanto, elas representam apenas 3,19% do total de edificações na cidade, "correspondendo principalmente aos prédios públicos e às casas das primeiras famílias".

Para Simões (2014, p. 76), as habitações em Afuá expressam uma maneira peculiar de utilização das cores [Fig. 07/Fig. 08]. Há uma abundância delas e "do encontro entre as casas, igreja e comércios surgem composições inusitadas, que formam ruas inteiras de cores e nos enchem os olhos". Ao transitarmos pelas ruas de Afuá, podemos apreender que este modo criativo está em vários aspectos do cotidiano dos sujeitos na cidade. Os pequenos nichos ricamente adornados, nos cruzamentos das passarelas, a maneira como os mobiliários são inseridos no percurso das estivas, ou mesmo as técnicas utilizadas para estacionar as bicicletas, são um exemplo dos processos de socialização empreendidos ali.

Por outro lado, no caso específico de Afuá, as ações interventivas propostas no âmbito do PACH, no ano de 2009, demonstram o interesse da administração pública municipal em inserir e reforçar a cidade dentro de rotas turísticas regionais. Foram propostos meios

pelos quais o acesso à cidade fosse melhorado, além de projetos de renovação das frentes para o rio, inclusive com a inserção de materiais construtivos industrializados e, ainda, a criação de centros culturais dotados de tipologias descoladas da realidade local, o que, ao nosso ver, exemplifica os processos citados acima.

Considerações finais

O exemplo de Afuá é um dos casos que apontam para a ainda atual necessidade de se repensar a proteção do legado edificado no Brasil. Para além do exposto neste artigo, o historiador Adler Castro (2007) reitera que o tombamento, enquanto ato administrativo, no âmbito do Iphan, apesar de proteger somente bens materiais, "trabalha com os valores culturais, imateriais, desses bens":

> No trabalho normal de apreciação de valor de um bem, visando a aplicação de uma possível proteção legal, o Instituto sempre analisa uma coisa não por características intrínsecas, mas sim pelo valor cultural que a mesma pode ter para a sociedade nacional como um todo, tanto como um objeto de valor excepcional, único, ou como

> elemento contendo características que o transformem em um exemplo de uma categoria cuja preservação seja considerada necessária (Castro, 2007, p. 3).

O tombamento de quilombos, por exemplo, estabelecido no parágrafo 5º do art. 216 da Constituição Federal, ensejou uma reformulação, segundo Castro (2007), dessa forma de agir. Ocorre que essas áreas são ainda vivas e ocupadas pela comunidade que está em constante transformação. Sendo assim, Castro consegue problematizar também o assunto apresentado para o caso da arquitetura ribeirinha:

> Como tratar a questão das comunidades — entidades vivas, móveis, que estão permanentemente produzindo objetos e outros elementos da cultura material —, levando em conta as limitações, que trabalha apenas com a preservação de um dado momento, o da inscrição nos livros do tombo? (Castro, 2007, p. 4).

Conforme Takamatsu (2013, p. 85), a arquitetura tal como hoje se analisa, sobretudo nas políticas de preservação, ainda é focada apenas nas edificações e não nos sujeitos. Para a autora, o lugar da arquitetura

vernacular poderia vir a ser o reflexo de funções sociais que ainda sobrevivem e que dão sentido à paisagem urbana. O patrimônio vernacular construído, enquanto fenômeno, é um "ambiente vivo" e acontece em qualquer lugar. Desse modo, as mudanças ao longo do tempo deveriam ser apreciadas e entendidas como aspectos relevantes para o entendimento do modo de vida dos sujeitos, cujo patrimônio vernacular edificado "está relacionado não só com a forma física e dos materiais das construções, estrutura e espaços, mas com os meios pelos quais eles são utilizados e entendidos, as tradições e associações intangíveis intrínsecas a eles" (Icomos, 1999, p. 2).

O tombamento, no contexto aqui apresentado, enquanto instrumento e ato administrativo do poder público, nos parece adequado quando se refere a uma abordagem ampliada para além do artefato que se quer preservar — abordagem comumente atrelada à salvaguarda de bens de natureza imaterial, na qual a valoração cultural está também subsidiada na lógica dos processos constitutivos dos artefatos, na construção das narrativas e nos olhares dos sujeitos sobre esses mesmos artefatos.

Sob essa questão, Fonseca (2003, p. 71) traz um entendimento amplificado sobre patrimônio cultural. Para a autora, o patrimônio "não se constitui apenas de edificações e peças depositadas em museus, documentos escritos e audiovisuais, guardados em bibliotecas e arquivos". Para ela, as manifestações contidas nos ritos, saberes e técnicas também constituem patrimônio cultural e sua "manutenção, depende, sobretudo, da adoção de medidas de apoio aos seus produtores". A autora cita os casos do Templo de Ise, no Japão, que é destruído e reconstruído no mesmo local, e a arquitetura no Norte da África, cujas edificações são constantemente refeitas em virtude das ações dos ventos:

> O que importa para esses grupos sociais é assegurar os modos de fazer e o respeito a valores como o do ritual religioso, no caso do Templo de Ise, e o sentido de adequação da técnica construtiva às condições geológicas e climáticas, no caso da arquitetura em terra do deserto norte-africano (Fonseca, 2003, p. 72).

No caso de bens culturais materiais ainda reproduzidos cotidianamente, como o patrimônio vernacular, o que deveria se buscar resguardar, para além dos

objetos, são as referências aos modos de vida impressos neles. De outro modo, caso o foco da preservação seja a matéria, descolada da visão de mundo dos sujeitos que a produzem, os instrumentos de patrimonialização pouco têm a oferecer, senão uma chancela institucional aos fenômenos sociais que já existem, mesmo fora das fronteiras do reconhecimento gerado pelos agentes do Estado.

A materialidade, portanto, deveria ser entendida nos processos de patrimonialização, para casos tais como o da cidade de Afuá, enquanto fato social total, nos termos de Marcel Mauss[6], nos quais as realidades sociais não são representadas como instantâneos, mas sujeitas a transformações assim como na sua produção material (Arantes, 2009). Uma sociedade — e seu componente espacial —, portanto, "é sempre dada no tempo e no espaço, sujeita assim à incidência de outras sociedades e de estados anteriores do seu próprio desenvolvimento" (Lévi-Strauss, 2003, p. 19).

Vê-se, portanto, que esta é uma temática que abre diversas oportunidades de análise e pesquisa. Até

6 Arantes (2009) traz a concepção de Lévi-Strauss na qual aponta que os fatos sociais estão enraizados na experiência concreta individual, portanto, não são "a simples reintegração de aspectos descontínuos", mas devem observar os indivíduos como totalidades.

o momento, no entanto, a análise, de forma isolada, de certo desempenho estético ou físico em conjuntos de interesse à preservação, não parece ser suficiente para fins de identificação e valoração de bens culturais de natureza material, principalmente quando nos deparamos com casos como o de Afuá e de outras cidades sobre as águas. Onde a tipologia habitacional e a morfologia urbana demonstram uma visão de mundo e dos sujeitos que ali habitam. O modo de vida baseado na interação com o rio e impresso nas formas espaciais é, portanto, também passível de valoração enquanto patrimônio cultural, pois representa um modo de ocupação reproduzido por séculos e que ainda sobrevive, mesmo diante da pressão de culturas homogeneizantes.



Fig. 01: Cidade de Afuá.
Fonte: Acervo de Fernando Mesquita.



Fig. 02: Exemplo de inserção das construções sem afastamento das vias no bairro do Centro.
Foto: Fernando Mesquita, 2015.



Fig. 03: Exemplo de inserção das construções no bairro Capim Marinho.
Foto: Fernando Mesquita, 2015.



Fig. 04: Centro Folclórico e Comunitário "Lagostão".
Foto: Fernando Mesquita, 2015.



Fig. 05: Detalhe do cemitério da cidade, diariamente alagado.
Foto: Fernando Mesquita, 2015.



Fig. 06: Bicicleta adaptada para transporte de carga.
Foto: Fernando Mesquita, 2015.



Fig. 07: Exemplo de habitação típica do núcleo mais antigo da cidade, executada em madeira, com balaustrada, acesso à estiva principal com concreto, revestimento cerâmico e portão de acesso que limita o domínio público.
Foto: Fernando Mesquita, 2015.



Fig. 08: Outro exemplo de habitação típica, sem o portão de acesso, mas com guarda-corpos contínuos de madeira.
Foto: Fernando Mesquita, 2015.

Fernando Mesquita
Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPA)
Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (Iphan)
Técnico em Arquitetura no Iphan desde 2009

Referências

ARANTES NETO, Antonio Augusto. **Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível**: ensaio de antropologia pública. Anuário Antropológico, v. 2007-8, p. 173–222.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único***:* desmanchando consensos. Vozes: Petrópolis, 2000.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia Diferentes Olhares em Perspectiva***.* Belém: EDUFPA, 2006.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NASSAR, Flávio Sidrim. Pobreza Urbana e o Centro Histórico de Belém. Artigo apresentado no Seminário **Landi e o Século XVIII na Amazônia**. Disponível em http://www.landi.inf, Belém, 2003.

CARTER, Thomas; CROMLEY, Elizabeth Collins. *Invitation to Vernacular Architecture – A guide to the study of Ordinary Buildings and Landscapes.* The University of Tennesse Press. Knoxville, 2005.

CASTRO, A. H. F. DE. **Quilombos**: Comunidades e Patrimônio. Iphan: Textos Especializados. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Quilombos_comunidades_e_patrimonio.pdf>.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (org). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da História: introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. *In*: CUREAU, Sandra; LAGE, Cláudia et alli (orgs) **Olhar interdisciplinar**

sobre a efetividade da proteção ao patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Cair C. da.; TAVARES, Maria Goretti da C. (orgs.) **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: Iphan, I. DO P. H. E A. N. **Patrimônio Imaterial**: O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Minc/Iphan, 2006.

____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALLOIS, Catherine. **Wajãpi rena**: roças, pátios e casas. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

GARCIA, Fernanda Ghirotto. **O Lugar como categoria de análise**: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE. Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, Brazil: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

ICOMOS. **Charter on the built vernacular heritage**. *1999.*

IPHAN. **Cachoeira de Iauaretê**. Brasília: Iphan (Dossiê Iphan: 7). 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=991. Acesso em: fev. 2015.

IPHAN. Plano de Ação para Cidades Históricas. Patrimônio cultural e desenvolvimento social. IPHAN: Brasília, 2009.

____. INRC-Marajó: Levantamento preliminar. IPHAN: Belém, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELO, Luciana Marinho de. Cultura Imaterial e Territorialidade: o caso dos povos indígenas de Roraima. In: **XXVIII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia** (ALAS). Anais... Recife: UFPE, 2011.

NEVES, I. DOS S.; MIRANDA, D. S. M. DE. Sobre palafitas e redes móveis: usos sociais dos smartphones em Afuá – Marajó – Pará Anais do II Colóquio Semiótica das Mídias. *Anais...* In: **II Colóquio Semiótica da Mídias**. Japaratinga, Alagoas: UFAL, 2013.

Disponível em: <http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm2/CSM2_IvaniaNevesDiogoMiranda.pdf>

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e "gentrificação" no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: **X Encontro Nacional da Anpur**. Belo Horizonte, 2003.

PACHECO, A. S. **História e Literatura no regime das águas**: Práticas Culturais Afroindígenas na Amazônia Marajoara. Amazônica - Revista de Antropologi*a*, v. 1, n. 2, 19 nov. 2009.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Marida das Graças; TAVARES, Maria Goretti da C. **Saberes Locais e Manejo Sustentável dos Recursos da Floresta**. III Encontro da ANPPAS, Brasília-DF, 2006.

SIMÕES, V. C. F. **Ideadores de bicitaxi**: Cartografias de experiências estéticas em modos de viver e fazer bicitaxis na Veneza Marajoara (Afuá/Pa). Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

TAKAMATSU, P. H. T. **Arquitetura Vernacular**: Estudo de Caso Vila do Elesbão/Santana- AP. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

TRINDADE JR., Saint-Cair C. da.; TAVARES, Maria Goretti da C. Cidades ribeirinhas na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., Saint-Cair C. da.; TAVARES, Maria Goretti da C. (orgs.) **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JR., Saint-Cair C. da.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das "janelas" às "portas" para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Cair C. da.; TAVARES, Maria Goretti da C. (orgs.) **Cidades ribeirinhas na Amazônia***:* mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo:** uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

O corpo do texto deste livro foi composto com a
fonte Candara, disponibilizada pela Adobe Fonts.

Edições IPHAN